

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL	
LOTE 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA LOTE 02 - EXCLUSIVO MEI/ME/EPP	
PROCESSO ADMINISTRATIVO	17850/2021
PREGÃO ELETRÔNICO	007/2021
DADOS DO SOLICITANTE	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	I.E.:
E-MAIL:	TELEFONE:
CIDADE:	ESTADO:
PESSOA PARA CONTATO:	
RECEBEMOS ATRAVÉS DO ACESSO À PÁGINA WWW.APUCARANA.PR.GOV.BR NESTA DATA, CÓPIA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO ACIMA IDENTIFICADA.	
LOCAL: _____, _____ DE _____ DE 20____.	

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	

CARO INTERESSADO,

VISANDO COMUNICAÇÃO FUTURA ENTRE O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO E ESSA EMPRESA, SOLICITAMOS DE VOSSA SENHORIA PREENCHER O RECIBO DE ENTREGA DO EDITAL E REMETER À SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO E POR MEIO DO E-MAIL: LICITACAO.PMA@APUCARANA.PR.GOV.BR

CASO HAJA ALGUMA ALTERAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROCESSO SERÁ PUBLICADO AVISO NOS MESMOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, NO SITE DA PREFEITURA, WWW.APUCARANA.PR.GOV.BR – COMPRAS OU DIÁRIO OFICIAL – LICITAÇÃO – PREFEITURA, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA OU PLATAFORMA BLL.

IDEPPLAN NÃO SE RESPONSABILIZA POR COMUNICAÇÕES À EMPRESA QUE NÃO ENCAMINHAR ESTE RECIBO OU PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NO MESMO.

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO DE APUCARANA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO			
LOTE 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA LOTE 02 - EXCLUSIVO MEI/ME/EPP			
PROCESSO ADMINISTRATIVO	17850/2021	HORÁRIO	09:00
PREGÃO ELETRÔNICO	007/2021		
TIPO	MENOR PREÇO – LOTE - SERVIÇOS		
REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO	16/07/2021	HORA LIMITE	08:30
PROTOCOLO	16/07/2021		
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TACHÕES NO MUNICÍPIO DE APUCARANA.		
REQUISITANTE	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO DE APUCARANA		

• **ÍNDICE:**

- 1.0 DO OBJETO;
- 2.0 VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
- 3.0 DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO;
- 4.0 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME;
- 5.0 DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA PROPOSTA COMERCIAL;
- 6.0 DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES;
- 7.0 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA;
- 8.0 DOS DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO;
- 9.0 DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO;
- 10.0 DO SISTEMA ELETRÔNICO;
- 11.0 DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;
- 12.0 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE;
- 13.0 DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS;
- 14.0 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
- 15.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
- 16.0 DOS ANEXOS DO EDITAL.

ESCLARECIMENTOS		
PERÍODO	01/07/2021 ATÉ 13/07/2021	HORÁRIO: DAS 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:00 ÀS 18 HORAS
TELEFONE: (43) 3162-4259, 3162-4225 – EMAIL: LICITACAO.PMA@APUCARANA.PR.GOV.BR		

RESUMO DO EDITAL

<p>1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TACHÕES NO MUNICÍPIO DE APUCARANA.</p>
<p>2. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none">• R\$ 1.004.300,00 (UM MILHÃO, QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS)• O PAGAMENTO OCORRERÁ NO PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APÓS APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL.
<p>3. DA PARTICIPAÇÃO: CONFORME ITEM 3 DO EDITAL: LOTE 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA / LOTE 02 - EXCLUSIVO MEI/ME/EPP</p>
<p>4. DA FORMA DE CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES: ATRAVÉS DA PLATAFORMA DO PORTAL WWW.BLL.ORG.BR – TELEFONE: 41 3097-4600.</p>
<p>5. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA PROPOSTA COMERCIAL: CONFORME ORIENTAÇÕES DA PLATAFORMA DO PORTAL WWW.BLL.ORG.BR E CONFORME ANEXO II DO EDITAL.</p>
<p>6. DO CADASTRO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA (FASE DE LANCES): AS PROPOSTAS DEVERÃO SER CADASTRADAS NA PLATAFORMA DO PORTAL WWW.BLL.ORG.BR ATÉ ÀS 08:30 DO DIA 16/07/2021. FASE DE LANCES OCORRERÁ ÀS 09:00 DO MESMO DIA.</p>
<p>7. DOS DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO (SUBITEM 8.1): OS DOCUMENTOS SOLICITADOS SÃO DE ACORDO COM O ITEM 8 DO EDITAL, SENDO BASICAMENTE: CERTIDÕES NEGATIVAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, FGTS, TRABALHISTA E FALÊNCIA E CONCORDATA; CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL; INSCRIÇÃO DO CNPJ; BALANÇO PATRIMONIAL; INDICAÇÃO DE UM RESPONSÁVEL TÉCNICO, PROVA DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL COMPETENTE DA EMPRESA E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO INDICADO PELA EMPRESA; PROVA DE REGULARIDADE PARA COM O ORGÃO COMPETENTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA, COMPROVANDO QUE TANTO A EMPRESA QUANTO O RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA SERVIÇO ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO REGULAR, CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, DECLARAÇÃO ASSINADA PELO RESPONSÁVEL DA PROPONENTE (ANEXO VIII) AFIRMANDO QUE AO SER INICIADA UMA FRENTE DE TRABALHO DEVERÁ SER FORNECIDO 1 (UM) LAUDO DE QUALIDADE EXPEDIDO PELO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR OU ENTIDADE TÉCNICA RECONHECIDA NACIONALMENTE AFILIADA À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO - ABIPTI REFERENTE AOS MATERIAIS QUE PRETENDE-SE FORNECER SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS, DECLARAÇÃO QUE POSSUI CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ADQUIRIR 1 (UM) CAMINHÃO, COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA A" DO ITEM 3.2.3.2 (TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I), QUE SERÁ UTILIZADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO;</p> <p>DECLARAÇÃO QUE POSSUI CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ADQUIRIR 1 (UMA) MÁQUINA, COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA "B" DO ITEM 3.2.3.2 (TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I), QUE SERÁ UTILIZADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO, DECLARAÇÕES, CONFORME MODELOS EM ANEXO NO EDITAL.</p> <p>▶ DEVE SER VERIFICADO AS ESPECIFICAÇÕES E INSTRUÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.</p>
<p>8. ITENS A SEREM ADQUIRIDOS: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL.</p>
<p>9. PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGA: A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ REALIZADA EM FRENTE DE TRABALHOS CONFORME A NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA DO CONTRATANTE, MEDIANTE A SOLICITAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE NOTA DE EMPENHO E ORDEM DE SERVIÇO. O PRAZO PARA INICIAR A EXECUÇÃO DE CADA ORDEM DE SERVIÇO SERÁ DE NO MÁXIMO 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS A PARTIR DA SOLICITAÇÃO.</p>
<p>10. VIGÊNCIA DO CONTRATO: O PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES.</p>

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO DE APUCARANA - IDEPPLAN, POR INTERMÉDIO DOS PREGOEIROS, DESIGNADOS PELA PORTARIA Nº 408/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO EXPEDIDA PELO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE NA DATA, HORÁRIO E LOCAL ACIMA INDICADO FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO – POR LOTE, CONFORME DESCRITO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO SERÁ REGIDO, INTEGRALMENTE, PELA LEI Nº 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DECRETO MUNICIPAL Nº 011/07 E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR APLICÁVEL, SUBSIDIARIAMENTE, NO QUE COUBER, A LEI Nº 8.666/1993, LEGISLAÇÃO CORRELATA E PELAS NORMAS DO PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS DO SISTEMA PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - BLL E PELAS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, INCLUSIVE SEUS ANEXOS, NOTADAMENTE O ANEXO I, QUE VEICULA O TERMO DE REFERÊNCIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	17850/2021		
PREGÃO ELETRÔNICO	007/2021		
EXPEDIDO EM	29/06/2021		
TIPO	MENOR PREÇO – LOTE - SERVIÇOS		
DATA DE INÍCIO DA FASE DE LANCES	16/07/2021	HORA DA FASE DE LANCES	09:05
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	16/07/2021	HORA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS	09:00
DATA INICIAL PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	01/07/2021	HORÁRIO LIMITE PARA ACOLHIMENTO	08:00
DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	16/07/2021		
REQUISITANTE	OFÍCIO Nº 256/2021 - IDEPPLAN		

1. DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TACHÕES NO MUNICÍPIO DE APUCARANA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO PRESENTE EDITAL, INCLUSIVE SEUS ANEXOS, NOTADAMENTE O ANEXO I, QUE VEICULA O TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO ADOTADO SERÁ O MENOR PREÇO POR LOTE, OBSERVADAS AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS QUANTO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO.

2. VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 DE ACORDO COM AS COTAÇÕES E MAPA DE PREÇOS, RESTA FIXADO EM ATÉ R\$ 1.004.300,00 (UM MILHÃO, QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS) O VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO.

2.2 A PROPOSTA FINAL QUE CONSIGNAR PREÇOS, INCLUSIVE UNITÁRIOS, SUPERIORES AOS FIXADOS POR ESTE EDITAL SERÁ DESCLASSIFICADA.

2.3 AS DESPESAS DECORRENTES DE QUE TRATA O OBJETO DESTES PROCESSO CORRERÃO À CONTA DO ORÇAMENTO:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA						FUNTE	DESPESA	
33	90	39	21	00	00	509	Gerenciamento de Trânsito	8573

3. DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO, OS INTERESSADOS QUE ATENDEREM A TODAS AS EXIGÊNCIAS, INCLUSIVE QUANTO À DOCUMENTAÇÃO, CONSTANTES DESTES EDITAL E SEUS ANEXOS E, QUE DETENHAM ATIVIDADE PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTES.

3.1.1 O LOTE 01 SERÁ DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA (COTA DE 75%).

3.1.2 PARA O LOTE 02 (COTA DE 25%), O PROCESSO CONCEDERÁ TRATAMENTO PRIORITÁRIO PARA AS MICROEMPRESAS E

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME O ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 101/2019, SENDO ASSIM TRANSCRITO:

"ART. 4º PARA ATENDER OS OBJETIVOS DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL E REGIONAL, A AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PREVISTOS NO ART. 1º DESTA LEI E NO ART. 47 DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS REFERIDOS NOS INCISOS III, IV E V DO ART. 3º DESTA LEI, DESTINAR UNICAMENTE ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE APUCARANA, CAPAZES DE CUMPRIR COM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUANDO EXISTENTES EM NÚMERO IGUAL OU SUPERIOR A 03 (TRÊS), DEVENDO, EM CASO CONTRÁRIO, SEREM AMPLIADOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS, E AINDA ESTABELECEER PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO, OBSERVADAS AS SEGUINTE DISPOSIÇÕES:

I. A PRIORIDADE SERÁ PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE APUCARANA;

II. NÃO TENDO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE APUCARANA, CUJA PROPOSTA ESTEJA NO LIMITE DE 10% PREVISTO NESTE PARÁGRAFO, A PRIORIDADE PODERÁ SER DADA PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS, ASSIM ENTENDIDAS COMO AQUELAS SEDIADAS EM MUNICÍPIOS SITUADOS NA REGIÃO DEFINIDA NO ARTIGO 2º, II, DESTA LEI;

III. PARA A MODALIDADE DE PREGÃO O LIMITE PREVISTO NO CAPUT, SERÁ VERIFICADO APÓS A FASE DE LANCES VERBAIS."

3.1.3 SERÁ AUTOMATICAMENTE LIBERADO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA A PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME, QUANDO NÃO HOUVER A PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

3.2 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DIRETA OU INDIRETAMENTE DA PRESENTE LICITAÇÃO, OS INTERESSADOS:

A) QUE SE ENQUADREM NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 9º DA LEI Nº 8.666/1993;

A-1) QUE POSSUAM PROPRIETÁRIO, SÓCIOS OU FUNCIONÁRIOS QUE SEJAM SERVIDORES OU AGENTES POLÍTICOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO, BEM COMO NÃO POSSUI PROPRIETÁRIO OU SÓCIO QUE SEJA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU RETA E COLATERAL, E POR AFINIDADE, ATÉ O SEGUNDO GRAU, DE AGENTE POLÍTICO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO.

B) QUE ESTEJAM CUMPRINDO AS SANÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS III E IV, DO ART. 87, DA LEI Nº 8.666/93;

C) QUE ESTEJAM SOB REGIME DE CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU SOB DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA, EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, SOB CONCURSO DE CREDORES, EM DISSOLUÇÃO OU EM LIQUIDAÇÃO;

D) EM CONSÓRCIOS, QUE SEJAM CONTROLADORAS, COLIGADAS OU SUBSIDIÁRIAS ENTRE SI;

E) QUE ESTEJAM COM O DIREITO SUSPENSO DE LICITAR E CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA, OU QUE POR ESTA TENHAM SIDO DECLARADAS INIDÔNEAS, OU SUSPENSAS POR QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE ESTEJA PÚBLICO NO SITE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – IMPEDIDOS DE LICITAR;

F) ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONEM NO PAÍS;

G) DISTINTAS QUE POSSUAM OS MESMOS MEMBROS, OU FAMILIARES EM SEUS QUADROS SOCIETÁRIOS, PARA QUE NÃO HAJA PREJUÍZO AO ART. 3º DA LEI FEDERAL 8.666/93, SOB O RISCO DE SANÇÕES EM FACE DOS ARTS. 87, INC. III OU IV, E 88 DA LEI 8.666/93, COM BASE NO ART. 7º DA LEI FEDERAL 10.520/2002 E, DE ACORDO COM A VEDAÇÃO EXPRESSA NO ART. 9º DA LEI 8.666/93, ART. 83º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA E ART. 135º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 001/2011;

H) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP, ATUANDO NESTA CONDIÇÃO (ACÓRDÃO Nº 746/2014-TCU-PLÊNARIO).

3.3 A PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME IMPORTA AO LICITANTE O CONHECIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL, BEM COMO A OBSERVÂNCIA DOS REGULAMENTOS, NORMAS ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS APLICÁVEIS.

3.4 OS LICITANTES ARCARÃO COM TODOS OS CUSTOS DECORRENTES DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.

3.5 O LICITANTE DEVERÁ ESTAR CREDENCIADO, DE FORMA DIRETA OU ATRAVÉS DE EMPRESAS ASSOCIADAS À BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL, ATÉ NO MÍNIMO UMA HORA ANTES DO HORÁRIO FIXADO NO EDITAL PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS.

3.6 O CADASTRAMENTO DO LICITANTE DEVERÁ SER REQUERIDO ACOMPANHADO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

A) INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO OUTORGANDO AO OPERADOR DEVIDAMENTE CREDENCIADO JUNTO A BOLSA, PODERES ESPECÍFICOS DE SUA REPRESENTAÇÃO NO PREGÃO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL;

B) DECLARAÇÃO DE SEU PLENO CONHECIMENTO, DE ACEITAÇÃO E DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL E;

C) ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO OBJETO DA LICITAÇÃO EM CONFORMIDADE COM EDITAL, CONSTANDO PREÇO. "A EMPRESA PARTICIPANTE DO CERTAME NÃO DEVE SER IDENTIFICADA", CONFORME § 5º, ART. 30 DO DECRETO 10.024/2019.

3.7 O CUSTO DE OPERACIONALIZAÇÃO E USO DO SISTEMA FICARÁ A CARGO DO LICITANTE VENCEDOR DO CERTAME, QUE PAGARÁ A BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL, PROVEDORA DO SISTEMA ELETRÔNICO, O EQUIVALENTE AO PERCENTUAL ESTABELECIDO PELA MESMA SOBRE O VALOR CONTRATUAL AJUSTADO, A TÍTULO DE TAXA PELA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O REGULAMENTO OPERACIONAL DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL.

3.8 A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO VI PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.

3.9 SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O CERTAME SERÁ CONDUZIDO PELO PREGOEIRO, COM O AUXÍLIO DA EQUIPE DE APOIO, QUE TERÁ, EM ESPECIAL, AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:

- A) ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA EQUIPE DE APOIO;**
- B) RESPONDER AS QUESTÕES FORMULADAS PELOS FORNECEDORES, RELATIVAS AO CERTAME;**
- C) ABRIR AS PROPOSTAS DE PREÇOS;**
- D) ANALISAR A ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS;**
- E) DESCLASSIFICAR PROPOSTAS INDICANDO OS MOTIVOS;**
- F) CONDUZIR OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AOS LANCES E À ESCOLHA DA PROPOSTA DO LANCE DE MENOR PREÇO;**
- G) VERIFICAR A HABILITAÇÃO DO PROPONENTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR;**
- H) DECLARAR O VENCEDOR;**
- I) RECEBER, EXAMINAR E DECIDIR SOBRE A PERTINÊNCIA DOS RECURSOS;**
- J) ELABORAR A ATA DA SESSÃO;**
- K) ENCAMINHAR O PROCESSO À AUTORIDADE SUPERIOR PARA HOMOLOGAR E AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO;**
- L) ABRIR PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES VISANDO A APLICAÇÃO DE PENALIDADES**

PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO.

PARA O CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.2 AS PESSOAS JURÍDICAS OU FIRMAS INDIVIDUAIS INTERESSADAS DEVERÃO NOMEAR ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DE MANDATO PREVISTO NO ITEM 4.6 "A", COM FIRMA RECONHECIDA, OPERADOR DEVIDAMENTE CREDENCIADO EM QUALQUER EMPRESA ASSOCIADA À BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL, ATRIBUINDO PODERES PARA FORMULAR LANCES DE PREÇOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS E OPERAÇÕES NO SITE: WWW.BLL.ORG.BR.

4.3 A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE NO PREGÃO ELETRÔNICO SE DARÁ POR MEIO DE PARTICIPAÇÃO DIRETA OU ATRAVÉS DE EMPRESAS ASSOCIADAS À BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL, A QUAL DEVERÁ MANIFESTAR, POR MEIO DE SEU OPERADOR DESIGNADO, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, PLENO CONHECIMENTO, ACEITAÇÃO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL.

4.4 O ACESSO DO OPERADOR AO PREGÃO, PARA EFEITO DE ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO E LANCES SUCESSIVOS DE PREÇOS, EM NOME DO LICITANTE, SOMENTE SE DARÁ MEDIANTE PRÉVIA DEFINIÇÃO DE SENHA PRIVATIVA.

4.5 A CHAVE DE IDENTIFICAÇÃO E A SENHA DOS OPERADORES PODERÃO SER UTILIZADAS EM QUALQUER PREGÃO ELETRÔNICO, SALVO QUANDO CANCELADAS POR SOLICITAÇÃO DO CREDENCIADO OU POR INICIATIVA DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL.

4.6 É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO O SIGILO DA SENHA, BEM COMO SEU USO EM QUALQUER TRANSAÇÃO EFETUADA DIRETAMENTE OU POR SEU REPRESENTANTE, NÃO CABENDO A BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL A RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS DANOS DECORRENTES DE USO INDEVIDO DA SENHA, AINDA QUE POR TERCEIROS.

4.7 O CREDENCIAMENTO DO FORNECEDOR E DE SEU REPRESENTANTE LEGAL JUNTO AO SISTEMA ELETRÔNICO IMPLICA A RESPONSABILIDADE LEGAL PELOS ATOS PRATICADOS E A PRESUNÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES INERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO.

PARTICIPAÇÃO:

4.8 A PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA SE DARÁ POR MEIO DA DIGITAÇÃO DA SENHA PESSOAL E INTRANSFERÍVEL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO (OPERADOR DA CORRETORA DE MERCADORIAS) E SUBSEQUENTE ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, OBSERVADOS DATA E HORÁRIO LIMITE ESTABELECIDO.

4.9 CABERÁ AO FORNECEDOR ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE A SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO SISTEMA OU DA DESCONEXÃO DO SEU REPRESENTANTE;

4.10 O LICITANTE RESPONSABILIZA-SE EXCLUSIVA E FORMALMENTE PELAS TRANSAÇÕES EFETUADAS EM SEU NOME, ASSUME COMO FIRMES E VERDADEIRAS SUAS PROPOSTAS E SEUS LANCES, INCLUSIVE OS ATOS PRATICADOS DIRETAMENTE OU POR SEU REPRESENTANTE, EXCLUÍDA A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DO SISTEMA OU DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROMOTORA DA LICITAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS DECORRENTES DE USO INDEVIDO DAS CREDENCIAIS DE ACESSO, AINDA QUE POR TERCEIROS.

4.11 QUALQUER DÚVIDA EM RELAÇÃO AO ACESSO NO SISTEMA OPERACIONAL, PODERÁ SER ESCLARECIDA OU ATRAVÉS DE UMA EMPRESA ASSOCIADA OU PELO TELEFONE: CURITIBA-PR (41) 3097-4600, OU ATRAVÉS DA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL OU PELO E-MAIL CONTATO@BLL.ORG.BR.

5. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 OS LICITANTES ENCAMINHARÃO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA BLL, CONCOMITANTEMENTE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO EDITAL, ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, QUANDO, ENTÃO, ENCERRAR-SE-Á AUTOMATICAMENTE A ETAPA DE ENVIO DESSA DOCUMENTAÇÃO. A PROPOSTA ATUALIZADA DEVERÁ SER ANEXADA NA PLATAFORMA EM ATÉ DUAS HORAS APÓS ENCERRAMENTO

5.2 O ENVIO DA PROPOSTA, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NESTE EDITAL, OCORRERÁ POR MEIO DE CHAVE DE ACESSO E SENHA.

5.3 AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DEVERÃO ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, AINDA QUE HAJA ALGUMA RESTRIÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, NOS TERMOS DO ART. 43, § 1º DA LC Nº 123, DE 2006.

5.4 INCUMBIRÁ AO LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE A SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS, DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO SISTEMA OU DE SUA DESCONEXÃO.

5.5 ATÉ A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, OS LICITANTES PODERÃO RETIRAR OU SUBSTITUIR A PROPOSTA E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ANTERIORMENTE INSERIDOS NO SISTEMA;

5.5.1 OS PROPONENTES PODERÃO, ATÉ A DATA E HORA MARCADAS PARA ACOLHIMENTO DE PROPOSTA, RETIRAR OU SUBSTITUIR A PROPOSTA ANTERIORMENTE APRESENTADA. NA HIPÓTESE DA SUBSTITUIÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL IMPLICAR NA ALTERAÇÃO DO PREÇO INICIALMENTE FORMULADO, DEVERÁ SER ENVIADA NOVA PROPOSTA COMERCIAL E DIGITADA NOVA PROPOSTA DE PREÇO APÓS O ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS, NÃO CABERÁ DESISTÊNCIA, SALVO POR MOTIVO JUSTO DECORRENTE DE FATO SUPERVENIENTE E ACEITO PELO PREGOEIRO.

5.6 NÃO SERÁ ESTABELECIDO, NESTA ETAPA DO CERTAME, ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS, O QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA.

5.7 OS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PROPOSTA E A HABILITAÇÃO DO LICITANTE MELHOR CLASSIFICADO SOMENTE SERÃO DISPONIBILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PREGOEIRO E PARA ACESSO PÚBLICO APÓS O ENCERRAMENTO DO ENVIO DE LANCES.

5.8 DO ENVIO DA PROPOSTA ADEQUADA

5.8.1 A PROPOSTA AJUSTADA, DEVERÁ SER ANEXADA, NO PRAZO MÁXIMO DE 2 (DUAS) HORAS APÓS O ENCERRAMENTO DA SESSÃO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA (BLL), NA ABA HABILITAÇÃO, NOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS DISPUTA), OBEDECENDO AO MODELO CONTIDO NO ANEXO II,

A) CONTENDO A RAZÃO SOCIAL, CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL, NÚMERO DA AGÊNCIA E CONTA PARA DEPÓSITO, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL PARA CONTATO.

B) NO PREÇO PROPOSTO PARA O OBJETO, QUE DEVERÁ SER EXPRESSO EM MOEDA CORRENTE NACIONAL (REAL), **O VALOR UNITÁRIO E O VALOR TOTAL DEVERÃO CONTER ATÉ DUAS CASAS DECIMAIS (0,00) PARA O(S) PREÇO(S) UNITÁRIO(S)**, DEVENDO ESTAR INCLUSAS TODAS AS DESPESAS, BEM COMO OS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE, NECESSÁRIOS AO PLENO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO, NÃO SENDO ADMITIDOS ACRÉSCIMOS, ENCARGOS OU QUAISQUER OUTRAS DESPESAS;

C) A CIÊNCIA DA FORMA DE PAGAMENTO DE ACORDO COM O CONTIDO NESTE EDITAL;

D) O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE SUA ENTREGA;

E) CONSTAR O PREÇO UNITÁRIO DO BEM OFERTADO, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL (R\$), EXPRESSA EM ALGARISMOS E ESTE ÚLTIMO, TAMBÉM POR EXTENSO. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR EXPRESSO EM ALGARISMO E POR EXTENSO SERÁ CONSIDERADO ESTE ÚLTIMO;

F) NO PREÇO PROPOSTO PARA O OBJETO, QUE DEVERÁ SER EXPRESSO EM MOEDA CORRENTE NACIONAL (REAL), ADMITINDO-SE PARA O VALOR UNITÁRIO E GLOBAL, APENAS 02 (DUAS) CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA (R\$ 0,00), DEVERÃO ESTAR INCLUSAS TODAS AS DESPESAS, BEM COMO OS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, COMERCIAIS E QUAISQUER OUTROS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE, NECESSÁRIOS À PLENA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO, NÃO SENDO ADMITIDOS ACRÉSCIMOS, ENCARGOS OU QUAISQUER OUTRAS DESPESAS.

G) SER DECLARADA EXPRESSAMENTE QUE OS PREÇOS CONTIDOS NA PROPOSTA INCLUEM TODOS OS CUSTOS E DESPESAS, TAIS COMO E SEM SE LIMITAR A: CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS, TRIBUTOS INCIDENTES, MATERIAIS, SERVIÇOS, ENCARGOS, LUCRO E OUTROS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO;

H) CONSTAR OFERTA FIRME E PRECISA, SEM ALTERNATIVAS DE PREÇOS OU QUALQUER OUTRA CONDIÇÃO QUE INDUZA O JULGAMENTO A TER MAIS DE UM RESULTADO.

I) QUAISQUER TRIBUTOS, CUSTOS E DESPESAS DIRETOS OU INDIRETOS OMITIDOS DA PROPOSTA OU INCORRETAMENTE COTADOS, SERÃO CONSIDERADOS COMO INCLUSOS NOS PREÇOS, NÃO SENDO CONSIDERADOS PLEITOS DE ACRÉSCIMOS, A ESSE OU QUALQUER TÍTULO, DEVENDO OS PRODUTOS FORNECIDOS À PREFEITURA DE APUCARANA SEM ÔNUS ADICIONAIS.

J) SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE NÃO ATENDEREM ÀS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE SEJAM OMISSAS OU APRESENTEM IRREGULARIDADES, OU DEFEITOS CAPAZES DE DIFICULTAR O JULGAMENTO.

K) A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA IMPLICARÁ NA PLENA ACEITAÇÃO, POR PARTE DO LICITANTE, DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, DESTARTE, OS PARTICIPANTES DEVERÃO TER PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO DA LICITAÇÃO, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS, A FORMA E O LOCAL ONDE OS PRODUTOS SERÃO ENTREGUES, NÃO PODENDO SER INVOCADO EM NENHUM MOMENTO, DESCONHECIMENTO DESTES PONTOS COMO ELEMENTO IMPEDITIVO DA CORRETA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA OU ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS.

L) APÓS APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO CABERÁ DESISTÊNCIA, SALVO POR MOTIVO JUSTO DECORRENTE DE FATO SUPERVENIENTE E ACEITO PELO PREGOEIRO.

M) A DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA OU NÃO NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LC 123/2006 E LC 147/2014 E NÃO ESTÁ INSERIDA NAS EXCLUDENTES HIPÓTESES DO § 4º DAQUELE ARTIGO.

N) INCUMBIRÁ AO LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE A SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS, DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO SISTEMA OU DE SUA DESCONEXÃO.

6.0 DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A PARTIR DAS **09:00 – HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF, DO DIA REFERIDO NO PREÂMBULO DESTE EDITAL**, E EM CONFORMIDADE COM O ITEM 7.1 DESTE EDITAL, TERÁ INÍCIO A SESSÃO PÚBLICA DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021**, COM A DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS RECEBIDAS E INÍCIO DA ETAPA DE LANCES, CONFORME ESTE EDITAL E DEMAIS NORMAS ELENCADAS NO SEU PREÂMBULO.

6.2 O PREGOEIRO VERIFICARÁ, NO PORTAL DE LICITAÇÕES BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, AS PROPOSTAS APRESENTADAS, DESCLASSIFICANDO AQUELA QUE ESTEJA EM DESCONFORMIDADE COM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E REGISTRO NO SISTEMA, SENDO A DESCLASSIFICAÇÃO ACOMPANHADA EM TEMPO REAL POR TODOS OS PARTICIPANTES.

6.3 A CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA SERÁ EFETUADA PELO PREGOEIRO SENDO O PROPONENTE QUE APRESENTAR PROPOSTA COM MENOR PREÇO UNITÁRIO.

6.4 OS PROPONENTES CUJAS PROPOSTAS ESTIVEREM EM DESACORDO COM ESTE EDITAL, SERÃO COMUNICADOS DA SUA DESCLASSIFICAÇÃO, FICANDO DESTA FORMA IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DA SESSÃO DE LANCES. TAIS PROPONENTES PODERÃO FAZER SUA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO ESPECÍFICO NO PORTAL DE LICITAÇÕES BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, NA OPÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO**, NO ITEM **“RECURSOS”**, APÓS DIVULGADO O VENCEDOR DO CERTAME.

6.5 PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ ADOTADO ALÉM DO CRITÉRIO DE **MENOR PREÇO - LOTE - SERVIÇOS** OS PRAZOS MÁXIMOS PARA FORNECIMENTO, AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PARÂMETROS MÍNIMOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE, E AS DEMAIS CONDIÇÕES DEFINIDAS NESTE EDITAL.

6.5.1 NA HIPÓTESE DE DISCREPÂNCIA ENTRE OS PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS, PARA EFEITO DE COTEJO PREVALECERÃO OS PRIMEIROS.

6.6 SE A PROPOSTA OU O LANCE DE MENOR VALOR NÃO FOR ACEITÁVEL OU SE O PROPONENTE DESATENDER ÀS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS, O PREGOEIRO EXAMINARÁ A PROPOSTA OU O LANCE SUBSEQUENTE, VERIFICANDO A SUA ACEITABILIDADE E PROCEDENDO À SUA HABILITAÇÃO, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, E ASSIM SUCESSIVAMENTE, ATÉ A APURAÇÃO DE UMA PROPOSTA OU LANCE QUE ATENDA AO EDITAL. HIPÓTESE EM QUE O PREGOEIRO PODERÁ NEGOCIAR COM O PROPONENTE PARA QUE SEJA OBTIDO PREÇO MELHOR.

6.7 O SISTEMA ORDENARÁ AUTOMATICAMENTE AS PROPOSTAS CLASSIFICADAS, SENDO QUE SOMENTE ESTAS PARTICIPARÃO DA FASE DE LANCES.

6.8 O SISTEMA DISPONIBILIZARÁ CAMPO PRÓPRIO PARA TROCA DE MENSAGENS ENTRE O PREGOEIRO E OS LICITANTES.

6.9 INICIADA A ETAPA COMPETITIVA, OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR LANCES EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, SENDO IMEDIATAMENTE INFORMADOS DO SEU RECEBIMENTO E DO VALOR CONSIGNADO NO REGISTRO.

6.9.1 O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO UNITÁRIO DO LOTE.

6.10 OS LICITANTES PODERÃO OFERECER LANCES SUCESSIVOS, OBSERVANDO O HORÁRIO FIXADO PARA ABERTURA DA SESSÃO E AS REGRAS ESTABELECIDAS NO EDITAL.

6.11 O LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCE DE VALOR INFERIOR OU PERCENTUAL DE DESCONTO SUPERIOR AO ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO PELO SISTEMA.

6.12 OS LANCES INTERMEDIÁRIOS OU OS LANCES PARA COBRIR A MELHOR OFERTA OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ TER INTERVALO MÍNIMO, CONFORME VALOR DO LANCE MÍNIMO ABAIXO:

LOTE 01 -> R\$ 100,00

LOTE 02 -> R\$ 40,00

6.12.1 ATENÇÃO! AO FORMULAREM SEUS LANCES, OS PARTICIPANTES DEVERÃO OBSERVAR O VALOR UNITÁRIO QUE EXTRAPOLE O NÚMERO DE DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA (CASA DOS CENTAVOS). CASO ISTO OCORRA, AS OFERTAS COM MAIS DE DUAS CASAS DECIMAIS DEVERÃO SER ARREDONDADAS, SENDO ACATADAS SOMENTE AS DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA, DE FORMA QUE O VALOR UNITÁRIO POR LOTE (COM NO MÁXIMO DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA – CASA DOS CENTAVOS), MULTIPLICADO PELO QUANTITATIVO, RESULTE NUM VALOR, NO MÁXIMO, IGUAL AO VALOR DO ÚLTIMO LANCE OFERTADO.

6.13 O INTERVALO ENTRE OS LANCES ENVIADOS PELO MESMO LICITANTE PODERÁ VARIAR CONFORME O PREGÃO E OBJETO LICITADO, QUANDO O PREGOEIRO DEFINIR UMA MARGEM DE LANCE PARA ESSE LOTE.

6.14 SERÁ ADOTADO PARA O ENVIO DE LANCES NO PREGÃO ELETRÔNICO O **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, EM QUE OS LICITANTES APRESENTARÃO LANCES PÚBLICOS E SUCESSIVOS, COM PRORROGAÇÕES.

6.15 A ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA TERÁ DURAÇÃO DE DEZ MINUTOS E, APÓS ISSO, SERÁ PRORROGADA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA QUANDO HOUVER LANCE OFERTADO NOS ÚLTIMOS DOIS MINUTOS DO PERÍODO DE DURAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA.

6.16 A PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA ETAPA DE LANCES, DE QUE TRATA O ITEM ANTERIOR, SERÁ DE DOIS MINUTOS E OCORRERÁ SUCESSIVAMENTE SEMPRE QUE HOUVER LANCES ENVIADOS NESSE PERÍODO DE PRORROGAÇÃO, INCLUSIVE NO CASO DE LANCES INTERMEDIÁRIOS.

6.17 NÃO HAVENDO NOVOS LANCES NA FORMA ESTABELECIDA NOS ITENS ANTERIORES, A SESSÃO PÚBLICA ENCERRAR-SE-Á AUTOMATICAMENTE.

6.18 ENCERRADA A FASE COMPETITIVA SEM QUE HAJA A PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA PELO SISTEMA, PODERÁ O PREGOEIRO, ASSESSORADO PELA EQUIPE DE APOIO, JUSTIFICADAMENTE, ADMITIR O REINÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES, EM PROL DA CONSECUÇÃO DO MELHOR PREÇO.

6.19 CASO A PROPOSTA MAIS BEM CLASSIFICADA NÃO SEJA APRESENTADA POR UMA MPE E SE HOUVER PROPOSTA APRESENTADA POR MPE IGUAL OU ATÉ 5% SUPERIOR À MELHOR PROPOSTA PROCEDER-SE-Á DA SEGUINTE FORMA:

6.19.1 SERÁ OPORTUNIZADO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA À MPE, QUE CONSISTE NA POSSIBILIDADE DE LA APRESENTAR PROPOSTA DE PREÇO INFERIOR À EMPRESA MELHOR CLASSIFICADA QUE NÃO SE ENQUADRA COMO MPE.

6.19.2 O NOVO VALOR PROPOSTO PELA MPE DEVE SER APRESENTADO APÓS O ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) MINUTOS DA CONVOCAÇÃO DO PREGOEIRO, SOB PENA DE PRECLUSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA.

6.19.2.1 A CONVOCAÇÃO DAR-SE-Á NA PRÓPRIA PLATAFORMA DE EXECUÇÃO DO PREGÃO, POR MEIO DO MECANISMO DE PRORROGAÇÃO DOS LANCES, SENDO PERMITIDO **APENAS** À MPE, APTA A EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, OFERTAR NOVA PROPOSTA, DE VALOR INFERIOR AO PREÇO OFERTADO PELA EMPRESA MELHOR CLASSIFICADA QUE NÃO SE ENQUADRA COMO MPE.

6.19.2.2 O LANCE OFERTADO POR EMPRESA QUE NÃO ESTEJA NO USO DA PRERROGATIVA DO DIREITO DE PREFERÊNCIA, SERÁ EXCLUÍDO PELO PREGOEIRO.

6.19.3 HAVENDO O EXERCÍCIO DE PREFERÊNCIA PELA MPE, O PREGOEIRO PASSA À ETAPA DE NEGOCIAÇÃO, OBSERVANDO-SE OS DEMAIS PROCEDIMENTOS SUBSEQÜENTES ESTABELECIDOS PARA CADA ETAPA DESTE CERTAME.

6.19.4 CASO A MPE NÃO EXERÇA O DIREITO DE PREFERÊNCIA OU NÃO ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL SERÃO CONVOCADAS AS MPE REMANESCENTES, CUJAS PROPOSTAS SE ENQUADREM NO LIMITE DE 5%, OBEDECIDA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DO MESMO DIREITO, E ASSIM SUCESSIVAMENTE, ATÉ A IDENTIFICAÇÃO DE UMA EMPRESA QUE PREENCHA TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL.

6.19.5 SE HOUVER EQUIVALÊNCIA DE VALORES APRESENTADOS POR MPE, DENTRE AS PROPOSTAS DE VALOR ATÉ 5% (CINCO POR CENTO) SUPERIOR À PROPOSTA DE MENOR PREÇO OFERTADA PELA EMPRESA NÃO ENQUADRADA COMO MPE, SERÁ REALIZADO SORTEIO EM HORA MARCADA, APÓS COMUNICAÇÃO AOS LICITANTES, PARA IDENTIFICAÇÃO DAQUELA QUE TERÁ PREFERÊNCIA NA APRESENTAÇÃO DE NOVA PROPOSTA.

6.20 NA HIPÓTESE DE NENHUMA MPE EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA OU NÃO ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, O OBJETO LICITADO SERÁ ADJUDICADO EM FAVOR DA PROPOSTA ORIGINALMENTE VENCEDORA DO CERTAME (NÃO MPE).

6.21 CASO AS PROPONENTES SELECIONADAS PARA A ETAPA COMPETITIVA NÃO APRESENTEM LANCES, OBSERVANDO-SE O DIREITO DE PREFERÊNCIA ESTABELECIDO PARA AS MPE, SERÁ VERIFICADA A CONFORMIDADE DA PROPOSTA INICIAL DE MENOR PREÇO E O VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO, HIPÓTESE EM QUE O PREGOEIRO PODERÁ NEGOCIAR DIRETAMENTE COM A PROPONENTE VISANDO A OBTER PREÇO MELHOR.

6.23 O PREGOEIRO PODERÁ ANUNCIAR O PROPONENTE VENCEDOR IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PUBLICADA OU, QUANDO FOR O CASO, APÓS A NEGOCIAÇÃO E DECISÃO PELO PREGOEIRO ACERCA DA ACEITAÇÃO DO LANCE DE MENOR VALOR.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 ENCERRADA A ETAPA DE NEGOCIAÇÃO, O PREGOEIRO EXAMINARÁ A PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR QUANTO À ADEQUAÇÃO AO OBJETO E À COMPATIBILIDADE DO PREÇO EM RELAÇÃO AO MÁXIMO ESTIPULADO PARA CONTRATAÇÃO NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS, OBSERVADO O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 7º E NO § 9º DO ART. 26 DO DECRETO N.º 10.024/2019.

7.2 SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA OU O LANCE VENCEDOR, APRESENTAR PREÇO FINAL SUPERIOR AO PREÇO MÁXIMO FIXADO (ACÓRDÃO Nº 1455/2018 -TCU - PLENÁRIO), OU QUE APRESENTAR PREÇO MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEL.

7.2.1 CONSIDERA-SE INEXEQUÍVEL A PROPOSTA QUE APRESENTE PREÇOS GLOBAL OU UNITÁRIOS SIMBÓLICOS, IRRISÓRIOS OU DE VALOR ZERO, INCOMPATÍVEIS COM OS PREÇOS DOS INSUMOS E SALÁRIOS DE MERCADO, ACRESCIDOS DOS RESPECTIVOS ENCARGOS, AINDA QUE O ATO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO NÃO TENHA ESTABELECIDO LIMITES MÍNIMOS, EXCETO QUANDO SE REFERIREM A MATERIAIS E INSTALAÇÕES DE PROPRIEDADE DO PRÓPRIO LICITANTE, PARA OS QUAIS ELE RENUNCIE A PARCELA OU À TOTALIDADE DA REMUNERAÇÃO.

7.3 QUALQUER INTERESSADO PODERÁ REQUERER QUE SE REALIZEM DILIGÊNCIAS PARA AFERIR A EXEQUIBILIDADE E A LEGALIDADE DAS PROPOSTAS, DEVENDO APRESENTAR AS PROVAS OU OS INDÍCIOS QUE FUNDAMENTAM A SUSPEITA;

7.4 NA HIPÓTESE DE NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS, COM VISTAS AO SANEAMENTO DAS PROPOSTAS, A SESSÃO PÚBLICA SOMENTE PODERÁ SER REINICIADA MEDIANTE AVISO PRÉVIO NO SISTEMA COM, NO MÍNIMO, VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA, E A OCORRÊNCIA SERÁ REGISTRADA EM ATA;

7.5 O PREGOEIRO PODERÁ CONVOCAR O LICITANTE PARA ENVIAR DOCUMENTO DIGITAL COMPLEMENTAR, POR MEIO DE FUNCIONALIDADE DISPONÍVEL NO SISTEMA, NO PRAZO DE **02 (DUAS) HORAS**, SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.

7.5.1 O PRAZO ESTABELECIDO PODERÁ SER PRORROGADO PELO PREGOEIRO POR SOLICITAÇÃO ESCRITA E JUSTIFICADA DO LICITANTE, FORMULADA ANTES DE FINDO O PRAZO, E FORMALMENTE ACEITA PELO PREGOEIRO.

7.5.2 DENTRE OS DOCUMENTOS PASSÍVEIS DE SOLICITAÇÃO PELO PREGOEIRO, DESTACAM-SE OS QUE CONTENHAM AS CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL OFERTADO, TAIS COMO MARCA, MODELO, TIPO, FABRICANTE E PROCEDÊNCIA, ALÉM DE OUTRAS INFORMAÇÕES PERTINENTES, A EXEMPLO DE CATÁLOGOS, FOLHETOS OU PROPOSTAS, ENCAMINHADOS POR MEIO ELETRÔNICO, OU, SE FOR O CASO, POR OUTRO MEIO E PRAZO INDICADOS PELO PREGOEIRO, SEM PREJUÍZO DO SEU ULTERIOR ENVIO PELO SISTEMA ELETRÔNICO, SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.

7.6 SE A PROPOSTA OU LANCE VENCEDOR FOR DESCLASSIFICADO, O PREGOEIRO EXAMINARÁ A PROPOSTA OU LANCE SUBSEQUENTE, E, ASSIM SUCESSIVAMENTE, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

7.7 HAVENDO NECESSIDADE, O PREGOEIRO SUSPENDERÁ A SESSÃO, INFORMANDO NO “CHAT” A NOVA DATA E HORÁRIO PARA A SUA CONTINUIDADE.

7.8 O PREGOEIRO PODERÁ ENCAMINHAR, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, CONTRAPROPOSTA AO LICITANTE QUE APRESENTOU O LANCE MAIS VANTAJOSO, COM O FIM DE NEGOCIAR A OBTENÇÃO DE MELHOR PREÇO, VEDADA A NEGOCIAÇÃO EM CONDIÇÕES DIVERSAS DAS PREVISTAS NESTE EDITAL.

7.8.1 TAMBÉM NAS HIPÓTESES EM QUE O PREGOEIRO NÃO ACEITAR A PROPOSTA E PASSAR À SUBSEQUENTE, PODERÁ NEGOCIAR COM O LICITANTE PARA QUE SEJA OBTIDO PREÇO MELHOR.

7.8.2 A NEGOCIAÇÃO SERÁ REALIZADA POR MEIO DO SISTEMA, PODENDO SER ACOMPANHADA PELOS DEMAIS LICITANTES.

7.9 NOS ITENS NÃO EXCLUSIVOS PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, SEMPRE QUE A PROPOSTA NÃO FOR ACEITA, E ANTES DE O PREGOEIRO PASSAR À SUBSEQUENTE, HAVERÁ NOVA VERIFICAÇÃO, PELO SISTEMA, DA EVENTUAL OCORRÊNCIA DO EMPATE FICTO, PREVISTO NOS ARTIGOS 44 E 45 DA LC Nº 123, DE 2006, SEGUINDO-SE A DISCIPLINA ANTES ESTABELECIDADA, SE FOR O CASO.

7.10 ENCERRADA A ANÁLISE QUANTO À ACEITAÇÃO DA PROPOSTA, O PREGOEIRO VERIFICARÁ A HABILITAÇÃO DO LICITANTE, OBSERVADO O DISPOSTO NESTE EDITAL.

8. DOS DOCUMENTOS REFERENTE À HABILITAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

8.1 A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO QUE CONSTAM NESTE SUBITEM, DEVERÃO SER ENVIADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO SUBITEM 5.1 DESTA EDITAL;

- A) DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, CONFORME ANEXO VII;**
- B) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES NOS TRABALHOS E EMPREGOS DA LICITANTE, EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E LEI Nº 9.854/99, CONFORME ANEXO III;**
- C) DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, CONFORME MODELO NO ANEXO IV.**
- D) DECLARAÇÃO DO PROPONENTE, QUE NÃO POSSUI PARENTESCO ATÉ O 3º GRAU CIVIL (AFIM OU CONSANGÜÍNEO) COM SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO V;**

E) REGISTRO COMERCIAL (NO CASO DE EMPRESA INDIVIDUAL); ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO (NO CASO DE SOCIEDADES COMERCIAIS) E ACOMPANHADO NO CASO DE SOCIEDADES POR AÇÕES, DOS DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO DE SEUS ATUAIS ADMINISTRADORES;

NOTA: OS DOCUMENTOS EM APREÇO DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

F) PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ) MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DO **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL** EMITIDO PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL;

G) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA FEDERAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL;

H) PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA PROPONENTE;

I) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM GERAL, DO DOMICÍLIO OU SEDE DO PROPONENTE, OU OUTRA EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI;

J) PROVA DE REGULARIDADE COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE FISCAL COM FGTS, OU OUTRO EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI, DEMONSTRANDO SITUAÇÃO REGULAR NO CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS INSTITUÍDOS POR LEI;

K) PROVA DE REGULARIDADE COM OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS - **CNDT**) EXPEDIDA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO;

L) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO PROPONENTE;

M) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, JÁ EXIGÍVEIS E APRESENTADOS NA FORMA DA LEI, VEDADA SUA SUBSTITUIÇÃO POR BALANCETES OU BALANÇOS PROVISÓRIOS, PODENDO SER ATUALIZADOS POR ÍNDICES OFICIAIS QUANDO ENCERRADOS HÁ MAIS DE 03 (TRÊS) MESES DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, QUE PERMITAM AFERIR A CONDIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA LICITANTE.

OBSERVAÇÃO 1: A APRESENTAÇÃO DO BALANÇO CONFORME O ITEM ANTERIOR É COM A FINALIDADE DE VERIFICAR A VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DA EMPRESA. CASO O BALANÇO DA EMPRESA COMPROVE O DESENQUADRAMENTO DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, DE ACORDO COM O ART. 1º DA LEI 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 155/16, A LICITANTE NÃO OBTERÁ OS BENEFÍCIOS COMO ME OU EPP.

OBSERVAÇÃO 2: CASO SEJA VERIFICADO NO BALANÇO QUE A LICITANTE ESTEJA FORA DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI, E QUE A DECLARAÇÃO NÃO REFLETE A CONDIÇÃO DA EMPRESA, ESTA SOFRERÁ SANÇÕES LEGAIS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO PELA LEI FEDERAL 8.666/93 E 10.520/02.

N) CASO DAS EMPRESAS ME/EPP: **DECLARAÇÃO DA EMPRESA**, EMITIDA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, DE QUE É MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONSTITUÍDA NA FORMA DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 123/2006 E 147/2014, CONFORME MODELO CONSTANTE DO **ANEXO VI** DO PRESENTE EDITAL.

O) A EMPRESA DEVERÁ INDICAR UM RESPONSÁVEL TÉCNICO, QUE SE RESPONSABILIZARÁ PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS;

O.1) COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O RESPONSÁVEL TÉCNICO E A PROPONENTE, PODERÁ SER FEITO MEDIANTE REGISTRO EM CARTEIRA DE TRABALHO E FICHA DE REGISTRO DA EMPRESA OU CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

O.2) PARA DIRIGENTE OU SÓCIO DE EMPRESA, TAL COMPROVAÇÃO PODERÁ SER FEITA ATRAVÉS DA CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA DE SUA INVESTIDURA NO CARGO OU CONTRATO SOCIAL.

P) PROVA DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL COMPETENTE DA EMPRESA E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO INDICADO PELA EMPRESA;

Q) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM O ORGÃO COMPETENTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA, COMPROVANDO QUE TANTO A EMPRESA QUANTO O RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA SERVIÇO ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO REGULAR.

R) COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA DESEMPENHO DA ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CONSELHO REGIONAL COMPETENTE, EM NOME DO RESPONSÁVEL

TÉCNICO DA PROPONENTE.

R.1) SERÁ CONSIDERADO PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO O ACERVO DE NO MÍNIMO 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS QUANTITATIVOS PERTINENTES AOS ITENS LICITADOS.

S) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EXPEDIDO POR EMPRESA PÚBLICA OU PRIVADA E REGISTRADA NO CONSELHO REGIONAL COMPETENTE;

S.1) DEVERÁ CONTER NOME, TELEFONE E ASSINATURA RECONHECIDA EM CARTÓRIO DE QUEM ESTÁ ATESTANDO;

S.2) DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 10% (DEZ POR CENTO) DA QUANTIDADE COTADA DOS ITENS DESTA LICITAÇÃO;

T) DECLARAÇÃO ASSINADA PELO RESPONSÁVEL DA PROPONENTE (ANEXO VIII) AFIRMANDO QUE AO SER INICIADA UMA FRETE DE TRABALHO DEVERÁ SER FORNECIDO 1 (UM) LAUDO DE QUALIDADE EXPEDIDO PELO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR OU ENTIDADE TÉCNICA RECONHECIDA NACIONALMENTE AFILIADA À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO - ABIPTI REFERENTE AOS MATERIAIS QUE PRETENDE-SE FORNECER SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS, A METODOLOGIA DA AMOSTRAGEM SE ENCONTRA NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

U) DECLARAÇÃO QUE POSSUI CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ADQUIRIR 1 (UM) CAMINHÃO, COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA "A" DO ITEM 3.2.3.2 (TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I), QUE SERÁ UTILIZADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO;

V) DECLARAÇÃO QUE POSSUI CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ADQUIRIR 1 (UMA) MÁQUINA, COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA "B" DO ITEM 3.2.3.2 (TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I), QUE SERÁ UTILIZADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

8.2 OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DO PROPONENTE PODERÃO SER APRESENTADOS EM ORIGINAL, POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA AUTENTICADA POR CARTÓRIO COMPETENTE OU POR SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO OU PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL. SERÁ ACEITA SOMENTE CÓPIA LEGÍVEL, NÃO SENDO ACEITO DOCUMENTO CUJA DATA ESTEJA RASURADA, FACULTADO AO PREGOEIRO, A QUALQUER TEMPO, SE ASSIM ENTENDER NECESSÁRIO, EM CASO DE CÓPIA AUTENTICADA OU PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO OFICIAL, EXIGIR O RESPECTIVO ORIGINAL P/ CONFERÊNCIA.

8.3 OS DOCUMENTOS EMITIDOS EM **LÍNGUA ESTRANGEIRA** DEVERÃO SER ENTREGUES ACOMPANHADOS DA TRADUÇÃO PARA LÍNGUA PORTUGUESA EFETUADA POR TRADUTOR JURAMENTADO E TAMBÉM DEVIDAMENTE CONSULARIZADOS OU REGISTRADOS NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.

8.4 SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVEM ESTAR EM NOME DO PROPONENTE E, PREFERENCIALMENTE, COM NÚMERO DO CNPJ OU OUTRO EQUIVALENTE, SENDO DISPENSADOS DESSA PREFERENCIALIDADE AQUELES DOCUMENTOS QUE, PELA PRÓPRIA NATUREZA, COMPROVADAMENTE, FOREM EMITIDOS COM A AUSÊNCIA DESTAS INFORMAÇÕES, DEVIDO À FORMA OU PADRONIZAÇÃO DO ÓRGÃO EMISSOR.

8.5 NÃO SERÃO ACEITOS PROTOCOLOS DE ENTREGA OU PROTOCOLOS DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO EM SUBSTITUIÇÃO AOS DOCUMENTOS REQUERIDOS NO PRESENTE EDITAL E, EM NENHUM CASO SERÁ CONCEDIDA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS PARA O ENVIO POR FAX OU PARA RESPECTIVO ENCAMINHAMENTO, BEM COMO NÃO SERÁ PERMITIDA DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA OU QUALQUER OUTRAS FORMAS DE COMPROVAÇÃO QUE NÃO SEJAM AS EXIGIDAS NESTE EDITAL.

8.6 DOCUMENTOS APRESENTADOS COM A VALIDADE EXPIRADA, ACARRETERÁ NA INABILITAÇÃO DA PROPONENTE. OS DOCUMENTOS QUE NÃO POSSUÍREM PRAZO DE VALIDADE, **SOMENTE SERÃO ACEITOS COM DATA NÃO EXCEDENTE A 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA DA DATA PREVISTA PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**, EXCETO ATESTADO(S).

8.7 AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AMPARADAS PELA LC 147/14, **EXCLUSIVAMENTE QUANTO À REGULARIDADE FISCAL**, PODERÃO SANEAR DEFEITOS CONSTATADOS NA HABILITAÇÃO, APENAS SE JÁ TIVEREM APRESENTADOS OS DOCUMENTOS, MESMO QUE CONTENHAM ALGUM VÍCIO, SE VALENDO ASSIM DO **PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS** PARA TAL REGULARIZAÇÃO, CONTADOS DA DATA EM QUE FOI DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME, SOB PENA DE DECADÊNCIA DO DIREITO DE CONTRATAÇÃO.

9. DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO

9.1 DECLARADO O ENCERRAMENTO DA ETAPA COMPETITIVA E ORDENADAS AS PROPOSTAS, O PREGOEIRO PROCEDERÁ A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S) QUE APRESENTOU A MENOR PROPOSTA, PARA VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES FIXADAS NESTE EDITAL.

- 9.1.1** VERIFICADO O ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS FIXADAS NO EDITAL, O(S) PROPONENTE(S) SERÁ(AO) DECLARADO(S) VENCEDOR(ES), RESTANDO A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO;
- 9.1.2** SE O PROPONENTE DESATENDER ÀS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS, O PREGOEIRO EXAMINARÁ A OFERTA SUBSEQÜENTE, VERIFICANDO A SUA ACEITABILIDADE E PROCEDENDO À ATINENTE HABILITAÇÃO, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, OBSERVANDO-SE O DIREITO DE PREFERÊNCIA ESTABELECIDO PARA AS MPE, E ASSIM SUCESSIVAMENTE, ATÉ A APURAÇÃO DE UMA PROPOSTA QUE ATENDA O EDITAL, SENDO O RESPECTIVO PROPONENTE DECLARADO VENCEDOR. HIPÓTESE EM QUE O PREGOEIRO PODERÁ NEGOCIAR DIRETAMENTE COM O PROPONENTE PARA QUE SEJA OBTIDO PREÇO MELHOR.

9.2 O DESATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS FORMAIS NÃO ESSENCIAIS, NÃO IMPORTARÁ NO AFASTAMENTO DA PROPONENTE, DESDE QUE SEJA POSSÍVEL A AFERIÇÃO DA SUA QUALIFICAÇÃO E A EXATA COMPREENSÃO DA SUA PROPOSTA, DURANTE A REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA, HAJA VISTA QUE AS NORMAS QUE DISCIPLINAM ESTE PREGÃO SERÃO SEMPRE INTERPRETADAS EM FAVOR DA AMPLIAÇÃO DA DISPUTA ENTRE OS INTERESSADOS.

10. DO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1 A PROPONENTE SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS TRANSAÇÕES QUE FOREM EFETUADAS EM SEU NOME NO SISTEMA ELETRÔNICO (WWW.BLL.ORG.BR), ASSUMINDO COMO FIRMES E VERDADEIRAS SUA PROPOSTA E SEUS LANCES.

10.2 SE O SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL FICAR INACESSÍVEL POR PROBLEMAS OPERACIONAIS EXCLUSIVAMENTE DO SISTEMA PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, COM A DESCONEXÃO DE TODOS OS PARTICIPANTES NO DECORRER DA ETAPA COMPETITIVA DO PREGÃO, O CERTAME SERÁ SUSPENSO E RETOMADO SOMENTE APÓS A COMUNICAÇÃO VIA E-MAIL AOS PARTICIPANTES, E NO PRÓPRIO ENDEREÇO ELETRÔNICO ONDE OCORRIA A SESSÃO PÚBLICA WWW.BLL.ORG.BR.

10.3 NO CASO DE DESCONEXÃO APENAS DO PREGOEIRO, NO DECORRER DA ETAPA COMPETITIVA DO PREGÃO, O SISTEMA ELETRÔNICO PERMANECERÁ ACESSÍVEL ÀS PROPONENTES PARA RECEPÇÃO DOS LANCES, RETOMANDO O PREGOEIRO, QUANDO POSSÍVEL, SUA ATUAÇÃO NO CERTAME, SEM PREJUÍZO DOS ATOS REALIZADOS.

10.4 QUANDO A DESCONEXÃO DO PREGOEIRO PERSISTIR POR TEMPO SUPERIOR A 10 MINUTOS, A SESSÃO DO PREGÃO SERÁ SUSPENSA E REINICIADA SOMENTE APÓS COMUNICAÇÃO AOS PARTICIPANTES.

10.5 CABERÁ À PROPONENTE:

- 10.5.1** ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O TODO O PROCESSO DO PREGÃO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO SISTEMA OU DE SUA DESCONEXÃO, INCLUSIVE NO QUE TANGE AOS SUBITENS SUPRA.
- 10.5.2** SOLICITAR O CANCELAMENTO DA CHAVE DE IDENTIFICAÇÃO OU DA SENHA DE ACESSO POR INTERESSE PRÓPRIO.
- 10.5.3** O USO DA SENHA DE ACESSO PELA PROPONENTE É DE SUA RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA, INCLUINDO QUALQUER TRANSAÇÃO EFETUADA DIRETAMENTE OU POR SEU REPRESENTANTE, NÃO CABENDO À BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS DANOS DECORRENTES DE USO INDEVIDO DA SENHA, AINDA QUE POR TERCEIROS.
- 10.5.4** O CREDENCIAMENTO JUNTO À BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL IMPLICA A RESPONSABILIDADE LEGAL DA PROPONENTE E A PRESUNÇÃO DE SUA CAPACIDADE TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DAS TRANSAÇÕES INERENTES AO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA.

11. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 ANALISADA A ACEITABILIDADE DO PREÇO OBTIDO E HABILITADO O PROPONENTE, O PREGOEIRO PODERÁ ADJUDICAR AO MESMO, VIA SISTEMA ELETRÔNICO, O OBJETO LICITADO, RESTANDO A HOMOLOGAÇÃO A SER EMITIDA PELA AUTORIDADE SUPERIOR.

11.2 HOMOLOGADO O PRESENTE PREGÃO, O IDEPPLAN CONVOCARÁ A(S) ADJUDICATÁRIA(S) PARA ASSINAR O TERMO DE CONTRATO EM **ATÉ 05 (CINCO) DIAS**, SOB PENA DE DECAIR O DIREITO À CONTRATAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 81 DA LEI Nº 8.666/93.

- 11.2.1** O PRAZO PREVISTO NO SUBITEM ANTERIOR PODERÁ SER PRORROGADO UMA VEZ, POR IGUAL PERÍODO, QUANDO SOLICITADO PELA ADJUDICATÁRIA, E DESDE QUE OCORRA MOTIVO JUSTIFICADO E ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO.

11.2.2 OS DIREITOS, DEVERES, OBRIGAÇÕES, SANÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES A SEREM PACTUADOS ENTRE AS PARTES, CONSTAM DA MINUTA CONTRATUAL CONTIDA NO **ANEXO VIII**.

11.3 O IDEPPLAN PODERÁ, QUANDO O CONVOCADO NÃO ASSINAR O CONTRATO NO PRAZO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, CONVOCAR OS PROPONENTES REMANESCENTES, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, OBSERVANDO-SE O DIREITO DE PREFERÊNCIA ESTABELECIDO PARA AS MPE, PARA FAZÊ-LO EM IGUAL PRAZO E NAS MESMAS CONDIÇÕES PROPOSTAS PELO PRIMEIRO CLASSIFICADO, INCLUSIVE, QUANTO AOS PREÇOS ATUALIZADOS DE CONFORMIDADE COM O PRESENTE EDITAL, OU REVOGAR A LICITAÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA COMINAÇÃO PREVISTA NO ART. 81 DA LEI Nº 8.666/93.

11.4 A RECUSA DA ADJUDICATÁRIA EM ASSINAR O CONTRATO, ACEITAR OU RETIRÁ-LO DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO EDITAL, ESTANDO A PROPOSTA DENTRO DA VALIDADE, CARACTERIZARÁ O DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA, FICANDO A MESMA SUJEITA A MULTA DE 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR GLOBAL ADJUDICADO, ALÉM DE DECAIR NO DIREITO A CONTRATAÇÃO.

12 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

12.1 O FATURAMENTO DEVERÁ SER FEITO NA ENTREGA, E O PAGAMENTO A EMPRESA VENCEDORA SERÁ EFETUADO EM **30 (TRINTA) DIAS**, APÓS APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL E ATESTO DO RECEBIMENTO;

12.1.1 A LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO AO INSS, CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FORNECEDOR E FGTS E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

12.1.1.1 CASO A EMPRESA VENCEDORA TENHA SEDE NO MUNICÍPIO, DEVERÁ APRESENTAR A CERTIDÃO MUNICIPAL DE DÉBITOS GERAL;

12.1.1.2 O FATURAMENTO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE RELATÓRIO DE ENTREGA A SER CONFERIDO E APROVADO, PELO FISCAL DO CONTRATO, E CONTERÁ: TODOS OS DADOS, ELEMENTOS E MATERIAIS QUE COMPROVEM AS DESPESAS PERTINENTES. DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS ENTREGUES E A IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA SOLICITAÇÃO, PELO RECEBIMENTO E PELO ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS.

12.2 A CRITÉRIO DO IDEPPLAN SERÁ PROCEDIDA CONSULTA JUNTO AOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/02, ANTES DE CADA PAGAMENTO A SER EFETUADO À CONTRATADA, PARA VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DA MESMA, RELATIVAMENTE ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO EXIGIDAS NO EDITAL, CUJOS RESULTADOS SERÃO IMPRESSOS E JUNTADOS AOS AUTOS DO PROCESSO PRÓPRIO.

12.3 CASO HAJA APLICAÇÃO DE MULTA, O VALOR SERÁ DESCONTADO DE QUALQUER FATURA OU CRÉDITO EXISTENTE NO IDEPPLAN MUNICIPAL DE APUCARANA EM FAVOR DA CONTRATADA. CASO A MESMA SEJA SUPERIOR AO CRÉDITO EVENTUALMENTE EXISTENTE, A DIFERENÇA SERÁ COBRADA ADMINISTRATIVAMENTE OU JUDICIALMENTE, SE NECESSÁRIO.

12.4 NA HIPÓTESE DE ATRASO NO PAGAMENTO DA NOTA FISCAL, DEVIDAMENTE ATESTADA, O VALOR DEVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PODERÁ SER ATUALIZADO FINANCEIRAMENTE, ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, DE ACORDO COM A VARIAÇÃO DO **INPC-IBGE**.

12.5 DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

12.5.1 REVISÃO: FATO EXTRAORDINÁRIO, IMPREVISÍVEL OU PREVISÍVEL, MAS DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, PREVISTO NO ARTIGO 65 DA LEI 8.666/93, INC. II, D;

12.5.2 REAJUSTE: PARA CORRIGIR EFEITOS DA INFLAÇÃO, DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA, INDEXAÇÃO, ETC. PREVISTO NA LEI 10.192/2001 (ARTS. 2º E 3º) E NA LEI 8.666/93 (ART. 40, XI); PERIODICIDADE MÍNIMA DE UM ANO PARA APLICAÇÃO E REALIZADO POR MEIO DE ÍNDICE PREVIAMENTE ESTABELECIDO (INPC);

12.5.3 REACTUAÇÃO: É UMA ESPÉCIE DE REAJUSTE, UTILIZADO EM SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA. TAMBÉM TEM O PRAZO MÍNIMO DE UM ANO. NÃO TEM ÍNDICE PREVISTO, VARIAÇÃO OCORRE DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL.

13 DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTERIORES À DATA FIXADA PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, QUALQUER PESSOA PODERÁ IMPUGNAR O EDITAL, APONTANDO AS FALHAS OU IRREGULARIDADE QUE EVENTUALMENTE O VICIAM, NO PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, NA OPÇÃO "IMPUGNAÇÕES" NA ABA PROCESSOS.

13.1.1 A IMPUGNAÇÃO NÃO POSSUI EFEITO SUSPENSIVO E CABERÁ AO PREGOEIRO DECIDIR SOBRE A IMPUGNAÇÃO NO PRAZO DE DOIS DIAS ÚTEIS, CONTADO COM A DATA DO RECEBIMENTO DA IMPUGNAÇÃO.

13.1.2 CASO HAJA SUSPENSÃO DO PROCESSO POR CAUSA DA IMPUGNAÇÃO SERÁ PELO DE SER MEDIDA EXEPCIONAL E SERÁ MOTIVADA PELO PREGOEIRO, QUE DEVERÁ ESTAR PRESENTE NOS AUTOS DO PROCESSO.

13.1.3 SENDO ACOLHIDA A IMPUGNAÇÃO CONTRA O EDITAL, SERÁ DEFINIDA NOVA DATA PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO.

13.2 OS ESCLARECIMENTOS RELATIVOS AO PRESENTE PREGÃO E ÀS CONDIÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DE SEU OBJETO, DEVEM SER ENCAMINHADOS AO PREGOEIRO, EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, ANTERIORES A DATA DE ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, CLICANDO NO BOTÃO “DÚVIDAS”, NA ABA PROCESSOS.

13.2.1 OS ESCLARECIMENTOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NO PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, NO ENDEREÇO ACIMA MENCIONADO.

13.3 FINDO O PRAZO PARA ENVIO DOS LANCES E APÓS A DIVULGAÇÃO DA(S) PROPONENTE(S) VENCEDORA(S) DESTES PREGÃO ELETRÔNICO, QUALQUER PROPONENTE PODERÁ MANIFESTAR IMEDIATA E MOTIVADAMENTE A INTENÇÃO DE RECORRER, DESDE QUE DEVIDAMENTE REGISTRADA A SÍNTESE DE SUAS RAZÕES NO FORMULÁRIO ELETRÔNICO DISPONIBILIZADO NO PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL.

13.4 À RECORRENTE QUE TIVER SUA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO ACEITA PELO PREGOEIRO SERÁ CONCEDIDO O PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAR RAZÕES DE RECURSO, FACULTANDO-SE ÀS DEMAIS PROPONENTES A OPORTUNIDADE DE APRESENTAR CONTRA-RAZÕES EM IGUAL NÚMERO DE DIAS, QUE COMEÇARÃO A CORRER DO TÉRMINO DO PRAZO DA RECORRENTE, SENDO-LHES ASSEGURADA VISTA IMEDIATA DOS AUTOS DO PROCESSO; A NÃO APRESENTAÇÃO DE RAZÕES CONFIGURARÁ A DESISTÊNCIA DO DIREITO DE RECORRER.

13.5 OS RECURSOS E CONTRARRAZÕES DEVERÃO SER ANEXADOS NA PLATAFORMA ELETRÔNICA DA BLL, NO PRAZO DE ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS A CONTAR DO MOMENTO QUE O PREGOEIRO DEFERIR A MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS PELA LICITANTE

13.6 NÃO SERÃO ACEITOS COMO RECURSOS AS ALEGAÇÕES QUE NÃO SE RELACIONEM ÀS RAZÕES INDICADAS PELA PROPONENTE NO PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, QUANDO DA SESSÃO PÚBLICA.

13.7 A FALTA DE MANIFESTAÇÃO IMEDIATA E MOTIVADA DA PROPONENTE IMPORTARÁ A DECADÊNCIA DO DIREITO DE RECURSO, FICANDO O PREGOEIRO AUTORIZADO A ADJUDICAR O OBJETO AO PROPONENTE DECLARADO VENCEDOR.

13.8 IMPUGNADO OU NÃO O RECURSO, O PREGOEIRO O APRECIARÁ, PODENDO REALIZAR INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR, E DECIDIRÁ MOTIVADAMENTE PELA MANUTENÇÃO OU REFORMA DO ATO RECORRIDO, SUBMETENDO O PROCESSO À AUTORIDADE COMPETENTE. O RECURSO CONTRA DECISÃO DO PREGOEIRO, CASO ACOLHIDO, IMPORTARÁ A INVALIDAÇÃO APENAS DOS ATOS INSUSCETÍVEIS DE APROVEITAMENTO.

13.9 DECIDIDO(S) O(S) RECURSO(S), A AUTORIDADE COMPETENTE PODERÁ ADJUDICAR O OBJETO À PROPONENTE VENCEDORA.

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1 OS LICITANTES DEVEM OBSERVAR E O CONTRATADO DEVE OBSERVAR E FAZER OBSERVAR, POR SEUS FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS, SE ADMITIDA SUBCONTRATAÇÃO, O MAIS ALTO PADRÃO DE ÉTICA DURANTE TODO O PROCESSO DE LICITAÇÃO, DE CONTRATAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.

15.2 PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

A) "PRÁTICA CORRUPTA": OFERECER, DAR, RECEBER OU SOLICITAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUALQUER VANTAGEM COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR A AÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO NO PROCESSO DE LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

B) "PRÁTICA FRAUDULENTA": A FALSIFICAÇÃO OU OMISSÃO DOS FATOS, COM O OBJETIVO DE INFLUENCIAR O PROCESSO DE LICITAÇÃO OU DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

C) "PRÁTICA COLUSIVAS": ESQUEMATIZAR OU ESTABELECE UM ACORDO ENTRE DOIS OU MAIS LICITANTES, COM OU SEM O CONHECIMENTO DE REPRESENTANTES OU PREPOSTOS DO ÓRGÃO LICITADOR, VISANDO ESTABELECE PREÇOS EM NÍVEIS ARTIFICIAIS E NÃO COMPETITIVOS;

D) "PRÁTICA COERCITIVA": CAUSAR DANO OU AMEAÇAR CAUSAR DANO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ÀS PESSOAS OU SUA PROPRIEDADE, VISANDO INFLUENCIAR SUA PARTICIPAÇÃO EM UM PROCESSO LICITATÓRIO OU AFETAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO.

E) "PRÁTICA OBSTRUTIVA": DESTRUIR, FALSIFICAR, ALTERAR OU OCULTAR PROVAS EM INSPEÇÕES OU FAZER DECLARAÇÕES FALSAS AOS REPRESENTANTES DO ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, COM O OBJETIVO DE IMPEDIR MATERIALMENTE A APURAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE PRÁTICA PREVISTA NA CLÁUSULA DO CONTRATO VINCULADO À MESMA, ATOS CUJA INTENÇÃO SEJA

IMPEDIR MATERIALMENTE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE O ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL PROMOVER INSPEÇÃO.

14.3 NA HIPÓTESE DE FINANCIAMENTO, PARCIAL OU INTEGRAL, POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, MEDIANTE ADIANTAMENTO OU REEMBOLSO, ESTE ORGANISMO IMPORÁ SANÇÃO SOBRE UMA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA, INCLUSIVE DECLARANDO-A INELEGÍVEL, INDEFINIDAMENTE OU POR PRAZO DETERMINADO, PARA A OUTORGA DO CONTRATO FINANCIADOS PELO ORGANISMO SE, EM QUALQUER MOMENTO, CONSTATAR O ENVOLVIMENTO DA EMPRESA, DIRETAMENTE OU POR MEIO DE UM AGENTE, EM PRÁTICAS CORRUPITAS, FRAUDULENTAS, COLUSIVAS, COERCITIVAS OU OBSTRUTIVAS AO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO OU DA EXECUÇÃO DO CONTRATO FINANCIADO PELO ORGANISMO.

14.4 CONSIDERANDO OS PROPÓSITOS DAS CLÁUSULAS ACIMA, O LICITANTE VENCEDOR, COMO CONDIÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO, DEVERÁ CONCORDAR E AUTORIZAR QUE, NA HIPÓTESE DE O CONTRATO VIR A SER FINANCIADO, EM PARTE OU INTEGRALMENTE, POR ORGANISMO FINANCEIRO MULTILATERAL, MEDIANTE ADIANTAMENTO OU REEMBOLSO, PERMITIRÁ QUE O ORGANISMO FINANCEIRO E/OU PESSOAS POR ELE FORMALMENTE INDICADAS POSSAM INSPECIONAR O LOCAL DE EXECUÇÃO DA ATAE TODOS OS DOCUMENTOS, CONTAS E REGISTROS RELACIONADOS À LICITAÇÃO E À EXECUÇÃO DA ATA.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 FICA RESERVADO AO IDEPPLAN O DIREITO DE REVOGAR OU ANULAR A PRESENTE LICITAÇÃO, AINDA QUE APÓS O JULGAMENTO, SEM QUE ASSISTA A QUALQUER PROPONENTE O DIREITO A INDENIZAÇÕES, GARANTINDO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

15.2 A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA SILENTE QUANTO ÀS INFORMAÇÕES ACERCA DE: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DE ENTREGA E VALIDADE DA PROPOSTA, ACARRETERÁ NA ACEITAÇÃO TÁCITA DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS DO EDITAL, SENDO QUE, A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA À PRESENTE LICITAÇÃO LEVA AO ENTENDIMENTO DE QUE A PROPONENTE CONHECE TODAS AS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS, PORQUANTO EXAMINOU POR COMPLETO O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS, ACERCA DOS QUAIS NÃO RESTAM QUAISQUER DÚVIDAS.

15.3 O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, NO INTERESSE PÚBLICO, PODERÃO RELEVAR OMISSÕES PURAMENTE FORMAIS, DESDE QUE NÃO RESTE INFRINGIDO O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, FACULTADO AO PREGOEIRO OU À AUTORIDADE SUPERIOR, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO, A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA OU DE DOCUMENTO FORA DO PRAZO DE ENCAMINHAMENTO DEVIDO, SENDO A PROPONENTE RESPONSÁVEL PELA FIDELIDADE E LEGITIMIDADE DAS INFORMAÇÕES E DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO.

15.4 ESTA LICITAÇÃO NÃO IMPLICA PROPOSTA DE CONTRATO POR PARTE DO IDEPPLAN. ATÉ A ENTREGA DA NOTA DE EMPENHO OU ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO, PODERÁ A PROPONENTE VENCEDORA SER EXCLUÍDA DA LICITAÇÃO, SEM DIREITO A INDENIZAÇÃO OU RESSARCIMENTO E SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS, SE O IDEPPLAN TIVER CONHECIMENTO DE QUALQUER FATO OU CIRCUNSTÂNCIA SUPERVENIENTE, ANTERIOR OU POSTERIOR AO JULGAMENTO DESTA LICITAÇÃO, QUE DESABONE A IDONEIDADE OU CAPACIDADE FINANCEIRA, TÉCNICA OU ADMINISTRATIVA DA ADJUDICATÁRIA.

15.5 NÃO HAVENDO EXPEDIENTE OU OCORRENDO QUALQUER IMPEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO NA DATA MARCADA, A SESSÃO SERÁ AUTOMATICAMENTE TRANSFERIDA PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQÜENTE, NO MESMO HORÁRIO ANTERIORMENTE ESTABELECIDO, DESDE QUE NÃO HAJA COMUNICAÇÃO DO PREGOEIRO EM CONTRÁRIO, INCLUSIVE, NA CONTAGEM DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL, EXCLUIR-SE-Á O DIA DO INÍCIO E INCLUIR-SE-Á O DO VENCIMENTO, SÓ INICIANDO-SE E VENCENDO PRAZOS EM DIAS DE EXPEDIENTE NO IDEPPLAN DESTA MUNICÍPIO.

15.6 EVENTUAIS RETIFICAÇÕES DO EDITAL SERÃO DISPONIBILIZADOS NO PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL.

15.7 OS CASOS E SITUAÇÕES OMISSOS SERÃO RESOLVIDOS DE COMUM ACORDO RESPEITADO AS DISPOSIÇÕES A LEI Nº 10.520 DE 17/07/2002 E, SUBSIDIARIAMENTE DAS NORMAS DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, DAS NORMAS DO PORTAL DE LICITAÇÕES BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DEMAIS LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE A MATÉRIA DO OBJETO DESTA PREGÃO.

15.8 FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE APUCARANA PARA DIRIMIR DÚVIDAS OU QUESTÕES ORIUNDAS DO PRESENTE PREGÃO.

16 DOS ANEXOS DO EDITAL

16.1 - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO LAUDO, MODELO DE PLANILHA DE CONTROLE DE MEDIAÇÃO DIÁRIA.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO III – MODELO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES;

ANEXO IV – MODELO DE IDONIEDADE;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI PARENTESCO COM SERVIDOR PÚBLICO;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE QUALIDADE DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS;

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO;

MUNICÍPIO DE APUCARANA, 29 DE JUNHO DE 2021.

PREGOEIRO(A)

TERMO DE REFERÊNCIA, METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO LAUDO, MODELO DE PLANILHA DE CONTROLE DE MEDIÇÃO

DIÁRIA.

1 OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TACHÕES NO MUNICÍPIO DE APUCARANA.

2 MOTIVAÇÃO (FUNDAMENTO JURÍDICO) DA AQUISIÇÃO

DE ACORDO COM O ART. 24 DO CTB (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI 9.503/1997), O MUNICÍPIO É RESPONSÁVEL PELA ENGENHARIA DE TRÂNSITO NAS ÁREAS SOB SUA CIRCUNSCRIÇÃO, DEVENDO IMPLANTAR, MANTER E OPERAR O SISTEMA DE SINALIZAÇÃO, OS DISPOSITIVOS E EQUIPAMENTOS DE CONTROLE VIÁRIO. DIANTE DISSO É NECESSÁRIO CONTRATAR ESSES SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA.

3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ANEXOS

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDA	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	01	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, COM TINTA ACRÍLICA A FRIO PELO PROCESSO DE ASPERSÃO, PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR BRANCA (N 9,5), NA COR AMARELA (10YR 7,5/14), NA COR VERMELHA (7,5 R 4/14), NA COR AZUL (5 PB 2/8) E NA COR PRETA (N 0,5), INCLUINDO APLICAÇÃO DE MICRO ESFERAS DE VIDRO.	M ²	27.000	23,90	645.300,00
01	02	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, COM MATERIAL TERMOPLÁSTICO PELO PROCESSO DE EXTRUSÃO MECÂNICA, PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR BRANCA (N 9,5) E NA COR AMARELA (10YR 7,5/14), INCLUINDO APLICAÇÃO DE MICRO ESFERAS DE VIDRO.	M ²	750	95,00	71.250,00
01	03	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (INSTALAÇÃO DE TACHÕES) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS: TACHÕES BI-REFLETIVOS.	UND	750	48,90	36.675,00
02	01	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, COM TINTA ACRÍLICA A FRIO PELO PROCESSO DE ASPERSÃO, PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR BRANCA (N 9,5), NA COR AMARELA (10YR 7,5/14), NA COR VERMELHA (7,5 R 4/14), NA COR AZUL (5 PB 2/8) E NA COR PRETA (N 0,5), INCLUINDO APLICAÇÃO DE MICRO ESFERAS DE VIDRO.	M ²	9.000	23,90	215.100,00
02	02	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, COM MATERIAL TERMOPLÁSTICO PELO PROCESSO DE EXTRUSÃO MECÂNICA, PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR BRANCA (N 9,5) E NA COR AMARELA (10YR 7,5/14), INCLUINDO APLICAÇÃO DE MICRO ESFERAS DE VIDRO.	M ²	250	95,00	23.750,00
02	03	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (INSTALAÇÃO DE TACHÕES) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS: TACHÕES BI-REFLETIVOS.	UND	250	48,90	12.225,00

VALOR TOTAL DO LOTE 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA: **R\$ 753.225,00 (SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**

VALOR TOTAL DO LOTE 02 - EXCLUSIVO MEI/ME/EPP: **R\$ 251.075,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL E SETENTA E CINCO REAIS)**

REQUISITOS GERAIS

AS TINTAS DEVERÃO SER FORNECIDAS PARA SUPERFÍCIE BETUMINOSA;

AS TINTAS, LOGO APÓS A ABERTURA DO RECIPIENTE, NÃO DEVERÃO APRESENTAR SEDIMENTOS, NATAS E GRUMOS;

- A UMIDADE RELATIVA DO AR NO MOMENTO DA APLICAÇÃO DEVERÁ ESTAR INFERIOR A 80% (OITENTA PORCENTO);
- A TEMPERATURA AMBIENTE NO MOMENTO DA APLICAÇÃO DEVERÁ ESTAR NO INTERVALO DE 10 °C A 40°C;
- AS TINTAS DEVEM APRESENTAR CONDIÇÕES DE DILUIÇÃO APROPRIADAS PARA APLICAÇÃO;
- AS MICRO ESFERAS DE VIDRO DO TIPO II – A “DROP ON” DEVERÃO SER APLICADAS POR ASPERSÃO, CONCOMITANTEMENTE A TINTA OU TERMOPLÁSTICO, DE MODO A PERMANECER NA SUPERFÍCIE DA PELÍCULA APLICADA, FORNECENDO RETRORREFLETORIZAÇÃO IMEDIATA;
- A TINTA NÃO DEVE AGREDIR AO PAVIMENTO NO QUAL FOI APLICADA;
- A RETRORREFLETIVIDADE INICIAL MÍNIMA RECOMENDADA, MEDIDA EM ATÉ 15 DIAS APÓS SUA APLICAÇÃO, DEVE SER:
 - COR AMARELA – 150 (CENTO E CINQUENTA MILICANDELAS POR LUX POR METRO QUADRADO);
 - COR BRANCA – 250 (DUZENTOS E CINQUENTA MILICANDELAS POR LUX POR METRO QUADRADO).

ITEM 01 – EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA ACRÍLICA A FRIO PELO PROCESSO DE ASPERSÃO.

APLICAÇÃO:

- MARCAS LONGITUDINAIS;
- MARCAS TRANSVERSAIS;
- MARCAS DE CANALIZAÇÃO;
- MARCAS DE DELIMITAÇÃO E CONTROLE DE ESTACIONAMENTO E/OU PARADA;
- INSCRIÇÕES NO PAVIMENTO.

REFERENCIAS NORMATIVAS:

- NORMA DNIT 100/2018 –ES;
- NBR15405 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TINTAS – PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DA DEMARCAÇÃO E AVALIAÇÃO;
- NBR 11862 – TINTAS PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL À BASE DE RESINAACRÍLICA;
- NBR 16184 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – MICROESFERAS DE VIDRO – REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO;
- NBR 14723 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – AVALIAÇÃO DA RETRORREFLETIVIDADE;
- RESOLUÇÃO CONTRAN 236/07 – MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, VOLUME IV.

REQUISITOS ESPECÍFICOS

- A TINTA DEVERÁ SER APLICADA COM MICRO ESFERAS DE VIDRO DO TIPO I – BINCORPORADAS;
- O SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO DEVERÁ SER EXECUTADO OBRIGATORIAMENTE COM OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS:
 1. EQUIPAMENTO PARA DEMARCAÇÃO A FRIO DE FAIXAS DE TRÂNSITO MONTADO SOBRE CAMINHÃO – UTILIZADO NA DEMARCAÇÃO DE MARCAS LONGITUDINAIS, CANALIZAÇÃO, CONTROLE DE ESTACIONAMENTO, ENTRE OUTRAS; ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO:
 - A. MONTADO SOBRE CAMINHÃO DO TIPO VW 8-150, OU SIMILAR;
 - B. MOTOR COM ACELERADOR MANUAL, BATERIA DE 12 V (DOZE VOLTS) E PARTIDA ELÉTRICA;
 - C. COMPRESSOR DE AR DE ALTA PRESSÃO, COM UM ESTÁGIO E FILTRO DEADMISSÃO;
 - D. POSSUIR 2 (DOIS) TANQUES PARA TINTA COM CAPACIDADE PARA 300 L (TREZENTOS LITROS), CADA UM, PRESSURIZADOS, COM SAÍDAS INDIVIDUAIS DE TINTA PARA CONTROLE DE PRESSÃO;
 - E. CONJUNTO DE VÁLVULAS DE SEGURANÇA DE RÁPIDO ALÍVIO, MANGUEIRAS DE ALTA PRESSÃO E VÁLVULA PARA CONTROLE DE ATOMIZADOR DE PISTOLA;
 - F. CONJUNTO PARA ARMAZENAMENTO E LANÇAMENTO DE MICROESFERAS DE VIDRO;
 - G. TANQUE PRESSURIZADO DE SOLVENTE PARA LIMPEZA AUTOMÁTICA DO CIRCUITO DE TUBULAÇÃO DE TINTA E PISTOLAS.
 2. MÁQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA MOTORIZADA, MOVIDA À GASOLINA – UTILIZADA NA DEMARCAÇÃO DE MARCAS TRANSVERSAIS, INSCRIÇÕES NO PAVIMENTO, ENTRE OUTRAS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO:
 - A. MÁQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, COM DUAS PISTOLAS, BICOS INTERCAMBIÁVEIS, MOTOR A GASOLINA, RESERVATÓRIO PARA TINTA E ENGATE;

- B. EQUIPAMENTO MOTORIZADO PARA TRACÇÃO, COM MOTOR A GASOLINA, FAROL PARA TRABALHO NOTURNO E ENGATE;
- C. DISPOSITIVO LANÇADOR DE MICROESFERAS, COM UM TANQUE PARA MICROESFERAS E DUAS PISTOLAS PARA MICROESFERAS.

A ESPESSURA DA PELÍCULA DA PINTURA, INCLUINDO TINTA E AGREGADO, SERÁ DE 600 µM (SEISCENTOS MICRÔMETROS) COM TOLERÂNCIA DE 100 µM (CEMMICRÔMETROS);

A LIBERAÇÃO DO TRÁFEGO DEVERÁ OCORRER NO MÁXIMO 30 MIN (TRINTA MINUTOS) APÓS A SUA APLICAÇÃO;

A TINTA DEVE SER EMBALADA EM BALDES METÁLICOS DE 18 L (DEZOITO LITROS) COM TAMPAS REMOVÍVEIS, CONTENDO AS SEGUINTE INFORMações EM SEU CORPO:

- D. NOME DO PRODUTO;
- E. NOME COMERCIAL;
- F. COR DA TINTA (NOME E CÓDIGOMUNSELL);
- G. REFERÊNCIA QUANTO À NATUREZA QUÍMICA DA RESINA;
- H. DATA DE FABRICAÇÃO;
- I. PRAZO DE VALIDADE;
- J. NÚMERO DO LOTE DE FABRICAÇÃO;
- K. NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE;
- L. QUANTIDADE CONTIDA NO RECIPIENTE, EM LITRO;
- M. NOME E NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO NO CRQ DO QUÍMICO RESPONSÁVEL;
- N. SELO DE INSPEÇÃO DO CONTROLE DE QUALIDADE DA EMPRESA.

ITEM 02 – EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM MATERIAL TERMOPLÁSTICO PELO PROCESSO DE EXTRUSÃO;

APLICAÇÃO:

- MARCAS TRANSVERSAIS;

REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

NORMA DNIT 100/2018 – ES;

NBR 15402 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TERMOPLÁSTICOS – PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DA DEMARCAÇÃO E AVALIAÇÃO;

NBR 13132 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TERMOPLÁSTICO APLICADO PELO PROCESSO DE EXTRUSÃO

NBR 15482 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TINTAS – TERMOPLÁSTICOS – MÉTODOS DE ENSAIO;

NBR 16184 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – MICROESFERAS DE VIDRO – REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO;

NBR 14723 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – AVALIAÇÃO DA RETRORREFLETIVIDADE;

RESOLUÇÃO CONTRAN 236/07 – MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, VOLUME IV.

REQUISITOS GERAIS:

1. DURANTE A FABRICAÇÃO DO MATERIAL TERMOPLÁSTICO DEVERÃO SER INCORPORADAS MICRO ESFERAS DE VIDRO DO TIPO I – A;

2. A ESPESSURA MÍNIMA DA PELÍCULA DA PINTURA, INCLUINDO TINTA E AGREGADO, SERÁ DE 2500 µM (DOIS MIL E QUINHENTOS MICRÔMETROS) COM TOLERÂNCIA DE 300 µM (TREZENTOS MICRÔMETROS);

3. A LIBERAÇÃO DO TRÁFEGO DEVERÁ OCORRER NO MÁXIMO 10 MIN (DEZ MINUTOS) APÓS A SUA APLICAÇÃO;

ITEM 03 – EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE CANALIZAÇÃO COM TACHÕES.

APLICAÇÃO:

- MARCAS DE CANALIZAÇÃO;
- MINI-ROTATÓRIAS;
- ZEBRADOS.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

NORMA DNIT 100/2018 –ES;

NBR 14636 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TACHAS REFLETIVAS VIÁRIAS –REQUISITOS;

NBR 15576 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TACHÕES REFLETIVOS VIÁRIOS – REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO.

RESOLUÇÃO CONTRAN 236/07 – MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, VOLUME IV.

REQUISITOS ESPECÍFICOS:

1. MATERIAL COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, A IMPACTOS, A ABRASÃO, A TEMPERATURA E A PENETRAÇÃO DE ÁGUA CONFORME REFERÊNCIA NORMATIVA;

2. TACHÕES AMARELOS, BI-REFLETIVOS (ELEMENTO REFLETIVO AMARELO), COM FORMA DE TRONCO PRISMÁTICO E FIXAÇÃO POR ADESIVO EPÓXI;

3. RETORREFLETIVIDADE EM CONDIÇÕES SECAS E MOLHADAS, INCLUSIVE EM AMBIENTES NOTURNOS;

4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR NA HABILITAÇÃO:

4.1.1 PROVA DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL COMPETENTE DA EMPRESA E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO;

4.1.2 PROVA DE REGULARIDADE PARA COM O ORGÃO COMPETENTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA, COMPROVANDO QUE TANTO A EMPRESA QUANTO O RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ABRA ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO REGULAR.

4.1.3 COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA DESEMPENHO DA ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CONSELHO REGIONAL COMPETENTE, EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA PROPONENTE.

4.1.3.1 SERÁ CONSIDERADO PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO O ACERVO DE NO MÍNIMO 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS QUANTITATIVOS PERTINENTES AOS ITENS LICITADOS.

4.1.4 DECLARAÇÃO ASSINADA PELO RESPONSÁVEL DA PROPONENTE (ANEXO X) AFIRMANDO QUE AO SER INICIADA UMA FRENTE DE TRABALHO DEVERÁ SER FORNECIDO 1 (UM) LAUDO DE QUALIDADE EXPEDIDO PELO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR OU ENTIDADE TÉCNICA RECONHECIDA NACIONALMENTE AFILIADA À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO - ABIPTI REFERENTE AOS MATERIAIS QUE PRETENDE-SE FORNECER SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS, A METODOLOGIA DA AMOSTRAGEM SE ENCONTRA NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

4.1.4.1 ENTENDE-SE COMO FRENTE DE TRABALHO TODA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM SERVIÇO DE PINTURA, NA QUAL A PROPONENTE TENHA QUE SE DESLOCAR ATÉ O MUNICÍPIO PARA REALIZÁ-LA, DESDE QUE RESPEITE AS QUANTIDADES MÍNIMAS PARA CADA TIPO DE SERVIÇO EXECUTADO:

A) ITEM 01 - EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA ACRÍLICA A FRIO PELO PROCESSO DE ASPERSÃO - 4.000 M²(QUATRO MIL METROS QUADRADOS);

B) ITEM 02 - EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM MATERIAL TERMOPLÁSTICO PELO PROCESSO DE EXTRUSÃO - 800 M²(OITOCENTOS METROS QUADRADOS).

4.1.4.2 OS CUSTOS REFERENTES AOS LAUDOS DEVERÃO SER PAGOS NECESSARIAMENTE PELA PROPONENTE.

4.1.5 COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O RESPONSÁVEL TÉCNICO, E A PROPONENTE, MEDIANTE REGISTRO EM CARTEIRA DE TRABALHO E FICHA DE REGISTRO DA EMPRESA OU CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

4.1.5.1 PARA DIRIGENTE OU SÓCIO DE EMPRESA, TAL COMPROVAÇÃO PODERÁ SER FEITA ATRAVÉS DA CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA DE SUA INVESTIDURA NO CARGO OU CONTRATO SOCIAL.

4.1.11 DECLARAÇÃO QUE POSSUI CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ADQUIRIR 1 (UM) CAMINHÃO, COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA A" DO ITEM 3.2.3.2, QUE SERÁ UTILIZADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO;

4.1.12 DECLARAÇÃO QUE POSSUI CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ADQUIRIR 1 (UMA) MÁQUINA, COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA "B" DO ITEM 3.2.3.2, QUE SERÁ UTILIZADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

4.2.1 A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EXPEDIDO POR EMPRESA PÚBLICA OU PRIVADA E REGISTRADA NO CONSELHO REGIONAL COMPETENTE;

4.2.1.1 DEVERÁ CONTER NOME, TELEFONE E ASSINATURA RECONHECIDA EM CARTÓRIO DE QUEM ESTÁ ATESTANDO;

4.2.1.2 DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 10% (DEZ POR CENTO) DA QUANTIDADE COTADA DOS ITENS DESTE EDITAL;

5 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 TODA MÃO-DE-OBRA É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA PROPONENTE VENCEDORA, BEM COMO OS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS, INCLUSIVE IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, ADVINDO DO QUE ORA SE CONTRATA, SENDO QUE O ÔNUS DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO DE QUALQUER NATUREZA É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO.

5.2 NÃO SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS APRESENTADOS NOS ITENS DESTE EDITAL.

5.2.1 A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ ACOMPANHADA POR UM FISCAL RESPONSÁVEL INDICADO PELO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO DE APUCARANA – IDEPPLAN.

6 PRAZO DE ENTREGA

6.1 A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ REALIZADA EM FRENTE DE TRABALHOS CONFORME A NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA DO CONTRATANTE, MEDIANTE A SOLICITAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE NOTA DE EMPENHO E ORDEM DE SERVIÇO. O PRAZO PARA INICIAR A EXECUÇÃO DE CADA ORDEM DE SERVIÇO SERÁ DE NO MÁXIMO 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS A PARTIR DA SOLICITAÇÃO.

7 PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1 O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DOMESMO.

8 PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

8.1 TODOS OS SERVIÇOS DEVERÃO TER NO MÍNIMO A MESMA GARANTIA USUAL OFERECIDA AO CONSUMIDOR FINAL.

9 LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 A ÁREA DE ABRANGÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E APLICAÇÃO DOS MATERIAIS SERÁ NO PERÍMETRO DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, A SER DEFINIDO E INDIVIDUALIZADO NAS ORDENS DE SERVIÇO EXPEDIDAS PELA CONTRATANTE PARA SUA REALIZAÇÃO.

10 GARANTIA CONTRATUAL

10.1 A GARANTIA CONTRATUAL ATENDERÁ AOS PADRÕES USUAIS ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS ELICITAÇÃO.

11 RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 GESTOR DO CONTRATO: ANTONIO CARLOS LOPES MENDES, CPF: 596.045.499-87, RG: 4.289.374-9;

11.2 PRIMEIRO FISCAL DO CONTRATO: RAYSSA DE ALMEIDA, CPF: 106.517.669-40, RG: 12.703.949-6;

11.3 FISCAL SUBSTITUTO DO CONTRATO: JOSÉ RODRIGUES DIAS, CPF: 796.417.259-04, RG: 5.538.420-0.

12 CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

12.1 O IDEPPLAN REALIZARÁ A VALIDAÇÃO DA PLANILHA DE MEDIÇÃO E AUTORIZARÁ A EMISSÃO DA NOTA FISCAL, DESTA FORMA, O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS O ENVIO DA NOTA FISCAL, DAS CERTIDÕES NEGATIVAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, A CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS E A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTAS.

13 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

13.1 A MEDIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO SERÁ REALIZADA MEDIANTE FORNECIMENTO DO CONTROLE DE MEDIÇÃO DIÁRIA, ATRAVÉS DE UM ARQUIVO DE PLANILHA, AO IDEPPLAN PELA PROPONENTE GANHADORA NO FINAL DE CADA DIA TRABALHADO.

13.2 OS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA CADA TIPO DE SINALIZAÇÃO É APRESENTADO EM ANEXO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 EXECUTAR OS SERVIÇOS NAS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, OBEDECENDO AINDA OS CRITÉRIOS DE QUALIDADE REFERIDOS.

15 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1 PREÇO GLOBAL.

16 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.1 ATENDER AS EXIGÊNCIAS E OS PADRÕES USUAIS ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO.

17 EXIGÊNCIA DE CAPITAL MÍNIMO OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

17.1 ATENDER AS EXIGÊNCIAS E OS PADRÕES USUAIS ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO.

18 VALOR ESTIMADO

18.1 OS VALORES ESTARÃO DESCRITOS NO MAPA DE COTAÇÃO COM PLANILHA DE CUSTO MÉDIO QUE SERÁ EMITIDO PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES E FARÁ PARTE DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

19 RESULTADOS ESPERADOS

19.1 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NO PERÍMETRO DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, ATENDENDO O DISPOSTO NO ART. 24 DO CTB (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI 9.503/1997).

20 SANÇÕES

20.1 ATENDER AS EXIGÊNCIAS E OS PADRÕES USUAIS ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO.

METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO

1 AMOSTRAGEM

EM TODAS AS FRENTE DE TRABALHO, DEVERÁ SER FORNECIDA AO FISCAL DO IDEPPLAN UMA AMOSTRA DO MATERIAL NO QUAL SERÁ EMPREGADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

A QUANTIDADE DE MATERIAL FORNECIDO DEPENDERÁ DO TIPO DE SINALIZAÇÃO, CONFORME:

TINTA ACRÍLICA – 1 (UMA) LATA CONTENDO 18 L (DEZOITO LITROS) DO MATERIAL;

TINTA TERMOPLÁSTICA – 2 L (DOIS LITROS) DE MATERIAL TERMOPLÁSTICO NO MOMENTO DA APLICAÇÃO, A AMOSTRA DEVERÁ SER FORNECIDA EM EMBALAGEM DE ALUMÍNIO.

AS AMOSTRAS PODERÃO SER RETIRADAS A QUALQUER MOMENTO DURANTE A EXECUÇÃO DE UMA FRENTE DE TRABALHO;

O FISCAL DO CONTRATO DEVERÁ PREENCHER O FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA, EM DUAS VIAS, DATADAS E ASSINADAS PELO FISCAL E PELO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO, DE FORMA QUE A PRIMEIRA VIA FICARÁ COM O FISCAL E A SEGUNDA VIA SERÁ ENTREGUE AO RESPONSÁVEL PELA EQUIPE DE TRABALHO. O FORMULÁRIO DEVERÁ CONTER NOMÍNIMO:

NOME DA EMPRESA FABRICANTE;

NÚMERO DO LOTE DA FABRICAÇÃO;

DATA DA FABRICAÇÃO;

DATA E HORA DA RETIRADA DA AMOSTRA.

2 ENCAMINHAMENTO DA AMOSTRA

O IDEPPLAN SERÁ ENCARGADO DE ENCAMINHAR A AMOSTRA AO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR OU ENTIDADE TÉCNICA RECONHECIDA NACIONALMENTE AFILIADA À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO – ABIPTI, PARA EMISSÃO DOS DEVIDOS LAUDOS.

3 CUSTOS DOS LAUDOS

OS CUSTOS RELACIONADOS À EMISSÃO DOS LAUDOS NECESSARIAMENTE SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA PROPONENTE GANHADORA.

ANEXO II


NO CASO DE REPROVAÇÃO DO LOTE

CASO O LOTE SEJA REPROVADO, CABE À EMPRESA PROPONENTE OPTAR POR UMA DAS SEGUINTE OPÇÕES:

REFAZER TODA A SINALIZAÇÃO DE TODA A FRENTE DE TRABALHO REFERENTE A ESTE LOTE;

NO ATO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL, SERÃO RETIRADOS DO CÁLCULO 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA MEDIÇÃO DE TODA A FRENTE DE TRABALHO REFERENTE A ESTE LOTE;

ANEXO III - FRENTE

MODELO DE PLANILHA DE CONTROLE DE MEDIÇÃO DIÁRIA							
						FOLHA	
1. MARCAS LONGITUDINAIS		DATA: 29/03/2019				01/01	
RUA	BAIRRO	TIPO	LARG. (M)	COMP. (M)	MARCA (CÓD.)	A. TOTAL(M ²)	
	O						
TOTAL						-	
2. MARCAS TRANSVERSAIS							
RUA	BAIRRO	TIPO	LARG. (M)	COMP. (M)	MARCA (CÓD.)	A. TOTAL(M ²)	
	O						
TOTAL						-	
3. MARCAS DE CANALIZAÇÃO							
RUA	BAIRRO	TIPO	LARG. (M)	COMP. (M)	MARCA (CÓD.)	A. TOTAL(M ²)	
	O						
TOTAL						-	

ANEXO III - VERSO

4. MARCAS DE DELIMITAÇÃO E CONTROLE DE ESTACIONAMENTO E/OU PARADA						
RUA	BAIRRO	TIPO	LARG. (M)	COMP. (M)	MARCA (CÓD.)	A. TOTAL(M ²)
TOTAL						-
5. INSCRIÇÕES NO PAVIMENTO						
RUA	BAIRRO	TIPO	QTDE.	A. UNIT. (M ²)	MARCA (CÓD.)	A. TOTAL(M ²)
TOTAL						-
6. OUTRAS DEMARCAÇÕES						
RUA	BAIRRO	TIPO	DESCREVER A DEMARCAÇÃO			A. TOTAL(M ²)
TOTAL						-
7. INSTALAÇÃO DE TACHÕES				EQUIPE		
RUA	BAIRRO	TIPO	QTDE.	RESPONSÁVEL _____		
				INTEGRANTE1 _____		
				INTEGRANTE2 _____		
				INTEGRANTE3 _____		
TOTAL			-	INTEGRANTE4 _____		
				INTEGRANTE5 _____		
				INTEGRANTE6 _____		

APUCARANA, _____ DE _____ DE _____, _____

ANEXO IV

Tipo de marcação	Marca (cód.)	Nome	Cor	Utilização	Critério de medição
1. Marcas longitudinais	LFO-1	Linha de fluxo oposto - 1	Amarela	Eixo simples contínuo, pistas duplas	Área efetivamente pintada
	LFO-2	Linha de fluxo oposto - 2	Amarela	Eixo simples seccionado, pistas duplas	Área efetivamente pintada
	LFO-3	Linha de fluxo oposto - 3	Amarela	Eixo dupla contínuo, pistas duplas	Área efetivamente pintada
	LFO-4	Linha de fluxo oposto - 4	Amarela	Eixo duplo seccionado/contínuo amarelo, pistas duplas	Área efetivamente pintada
	LMS-1	Linha de mesmo sentido 1	Branca	Eixo simples contínuo, pistas simples	Área efetivamente pintada
	LMS-2	Linha de mesmo sentido 2	Branca	Eixo simples seccionado, pistas simples	Área efetivamente pintada
	LBO	Linha de bordo	Branca	Bordo	Área efetivamente pintada
2. Marcas transversais	LRE	Linha de retenção	Branca	Linha de retenção branca	Área efetivamente pintada
	FTP-2	Faixa de travessia de pedestres - 2	Branca	Faixa de pedestres zebrada	Área efetivamente pintada
	MAC	Marcação de área de conflito	Amarela	Marcação para cruzamentos do tipo "Yellow box"	Área efetivamente pintada
	MCF	Marcação de cruzamento rodoferroviário	Branca	Marcação de cruzamento rodoferroviário branco	Área efetivamente pintada
canalização	MAN-1	Marcação de áreas de pavimentos não utilizáveis - 1	Branca	Zebrado para marcação de áreas pavimentadas onde não é permitida a circulação de veículos em	Área efetivamente pintada
	MAN-2	Marcação de áreas de pavimentos não utilizáveis - 2	Amarela	Zebrado para marcação de áreas pavimentadas onde não é permitida a circulação de veículos em	Área efetivamente pintada

3. Marcas de	MIR	Marcação de interseção em rotatória	Amarela	Zebrado para marcação de interseção com mini-rotatórias	Área efetivamente pintada
	MAC	Marcação de canteiro central fictício	Amarela	Zebrado para marcação de canteiro central fictício	Área efetivamente pintada
4. Marcas de delimitação e controle de estacionamento e/ou parada	LPP	Linha indicativa de proibição de estacionamento	Amarela	Proibição de estacionamento	Área efetivamente pintada
	MER	Marca delimitadora de estacionamento regulamentado	Branca	Demarcação de vaga de estacionamento em geral, inclusive motocicleta	Área efetivamente pintada
	MVE	Marca delimitadora de parada de veículos específicos	Amarela	Demarcação de vaga de estacionamento para veículos específicos, como onibus, taxi, ambulância,	Área efetivamente pintada
5. Inscrições no pavimento	PEM	Setas indicativas de posicionamento na pista para a execução de movimentos	Branca	Demarcação que indica em que faixa o veículo deve se posicionar para efetuar o movimento	Área efetivamente pintada majorada em 50% (cinquenta por cento)
	MOF	Seta indicativa de mudança obrigatória de faixas	Branca	Indica a necessidade de mudança de faixa devido a presença de alguma obstrução na pista	Área efetivamente pintada majorada em 50% (cinquenta por cento)
	IMC	Seta indicativa de movimento em curva	Branca	Indica movimentos circulares ou aproximação em curvas	Área efetivamente pintada majorada em 50% (cinquenta por cento)
	SIP	Simbolo indicativo de interseção com via que tem preferência	Branca	Indica a existência de cruzamento com via preferencial	Área efetivamente pintada majorada em 50% (cinquenta por cento)
	DEF	Deficiente físico	Branca/Azul	Exclusivo para estacionamento de veículos que transportam ou é conduzido por pessoa	Área efetivamente pintada - Utilização de gabarito próprio - Área 1 m ²
	LEG-1	Legenda "PARE"	Branca	Utilizada como reforço ao sinal de regulamentação "Parada Obrigatória"	Área efetivamente pintada - Utilização de gabarito próprio - Área 3 m ²
	LEG-2	Legenda "DEVAGAR"	Branca	Utilizada para induzir os motoristas a diminuírem a velocidade do veículo	Área efetivamente pintada - Utilização de gabarito próprio - Área 5 m ²
	LEG-3	Legenda "ESCOLA"	Branca	Utilizada para informar ao motorista a presença de uma unidade escolar	Área efetivamente pintada - Utilização de gabarito próprio - Área 5 m ²
	LEG-4	Legenda de velocidade regulamentada	Branca	Utilizada como reforço ao sinal de regulamentação "Velocidade máxima permitida"	Área efetivamente pintada - Utilização de gabarito próprio - Área 3 m ²

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PELA PRESENTE, APRESENTAMOS NOSSA PROPOSTA COMERCIAL PARA O FORNECIMENTO DOS ITENS ABAIXO DESCRITOS, CONFORME TERMOS DO EDITAL DE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX**.

LOTE BLL	ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
##	##	#####	##	##	###	###
##	##	#####	##	##	###	###
##	##	#####	##	##	###	###

VALOR DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____).

OBS: NO VALOR ACIMA ESTÁ COMPREENDIDO, ALÉM DO LUCRO, ENCARGOS, TRIBUTOS E QUAISQUER DESPESAS DE RESPONSABILIDADE DA PROPONENTE QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE.

VALIDADE DA PROPOSTA: XX (MÍNIMO 60 DIAS CORRIDOS)

FORMA DE PAGAMENTO: DE ACORDO COM O CONTIDO NO EDITAL.

- NOSSA EMPRESA **SE ENQUADRA** NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LC 123/2006 E NÃO ESTÁ INSERIDA NAS EXCLUDENTES HIPÓTESES DO § 4º DAQUELE ARTIGO. **(OU)**

- NOSSA EMPRESA **NÃO SE ENQUADRA** NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

- CONTA CORRENTE, AGÊNCIA E BANCO

XXXXXXXXXXXXX, EM XX DE XXXXXXXXXX DE XXXX

NOTA: A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ CONTER OS DADOS DESSE MODELO, E SER REDIGIDA EM PORTUGUÊS, DE FORMA CLARA, SEM EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, SALVO SE, INEQUIVOCAMENTE, TAIS FALHAS NÃO ACARRETAREM LESÕES AO DIREITO DOS DEMAIS PROPONENTES, PREJUÍZOS À ADMINISTRAÇÃO OU NÃO IMPEDIREM A EXATA COMPREENSÃO DE SEU CONTEÚDO. ALÉM DISSO, DEVE CONTER E-MAIL, TELEFONE E DESCRIÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO.

OBS: ESTE ANEXO É SIMPLEMENTE UM MODELO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA, PORTANTO, CADA LICITANTE APRESENTARÁ A SUA PRÓPRIA PLANILHA, EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA. CADA LICITANTE É RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO DA SUA PROPOSTA DE PREÇOS.

ANEXO III

DADOS DA EMPRESA PROPONENTE

(RAZÃO SOCIAL, CNPJ, I.E. OU I.M., ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, E-MAIL, PESSOA PARA CONTATO).

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES

AO PREGOEIRO

IDEPPLAN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021

COM VISTAS À PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO EM EPÍGRAFE E, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, DECLARAMOS QUE NÃO POSSUÍMOS EM NOSSO QUADRO FUNCIONAL MENORES DE DEZOITO ANOS EXECUTANDO TRABALHO NO PERÍODO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE, NEM MENORES DE DEZESSEIS ANOS EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE QUATORZE ANOS DE IDADE, CONSOANTE ART. 7º, INC. XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

POR SER EXPRESSÃO DE VERDADE, FIRMAMOS A PRESENTE DECLARAÇÃO.

APUCARANA, __ DE ____ DE 20__.

NOME DA EMPRESA

CNPJ

*ASSINATURA DEVIDAMENTE IDENTIFICADA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE (APONTADO NO
CONTRATO SOCIAL OU PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS*

ANEXO IV

DADOS DA EMPRESA PROPONENTE

(RAZÃO SOCIAL, CNPJ, I.E. OU I.M., ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, E-MAIL, PESSOA PARA CONTATO).

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO PREGOEIRO

IDEPPLAN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2020

DECLARAMOS PARA OS FINS DE DIREITO, NA QUALIDADE DE LICITANTE DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO, SOB A MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021**, INSTAURADO PELA IDEPPLAN, QUE NÃO FOMOS DECLARADOS INIDÔNEOS PARA LICITAR OU CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, EM QUALQUER DE SUAS ESFERAS E SOB AS PENAS DA LEI, QUE ATÉ A PRESENTE DATA INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA A NOSSA HABILITAÇÃO, CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

POR SER EXPRESSÃO DA VERDADE, FIRMAMOS A PRESENTE.

APUCARANA, __ DE _____ DE 20 __.

NOME DA EMPRESA

CNPJ

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE)

ASSINATURA DEVIDAMENTE IDENTIFICADA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE (APONTADO NO CONTRATO SOCIAL OU PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS)

ANEXO V

DADOS DA EMPRESA PROPONENTE

(RAZÃO SOCIAL, CNPJ, I.E. OU I.M., ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, E-MAIL, PESSOA PARA CONTATO).

AO PREGOEIRO

IDEPPLAN

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, NA QUALIDADE DE PROPONENTE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, SOB A MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021**, INSTAURADO POR ESTE INSTITUTO, **QUE NÃO POSSUO PARENTESCO ATÉ O 3º GRAU CIVIL (AFIM OU CONSANGÜÍNEO) COM SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**. NA HIPÓTESE DE NÃO REPRESENTAR A REALIDADE DO QUE ACIMA DECLARO, VALERÁ COMO CONFISSÃO DE ERRO SUBSTANCIAL À MINHA PESSOA, CONSIDERO-ME, PORTANTO, COMO INCLUSO NO ARTIGO 299 DO CÓDIGO PENAL (DECLARAÇÃO FALSA OU DIVERSA DO QUE DEVERÁ SER ESCRITA, COM O FIM DE CRIAR OBRIGAÇÕES).

POR SER EXPRESSÃO DE VERDADE, FIRMAMOS A PRESENTE.

_____, EM ____ DE _____ DE 20__.

(NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA PROPONENTE)

ASSINATURA DEVIDAMENTE IDENTIFICADA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE (APONTADO NO CONTRATO SOCIAL OU PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

IDEPPLAN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE A EMPRESA XXXXXX INSCRITA NO CNPJ Nº XXXXXX, CUMPRE OS REQUISITOS LEGAIS PARA A QUALIFICAÇÃO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ESTABELECIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14.12.2006, EM ESPECIAL QUANTO AO SEU ART. 3º, ESTANDO APTA A USUFRUIR O TRATAMENTO FAVORECIDO ESTABELECIDO NESSA LEI COMPLEMENTAR E NO DECRETO Nº 6.204, DE 05.09.2007.

DECLARO, AINDA, QUE A EMPRESA ESTÁ EXCLUÍDA DAS VEDAÇÕES CONSTANTES DO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14.12.2006, E QUE SE COMPROMETE A PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DE EVENTUAIS DEFEITOS OU RESTRIÇÕES EXISTENTES NA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA EFEITO DE REGULARIDADE FISCAL, CASO SEJA DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME.

LOCAL E DATA

REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR DO LICITANTE

(NOME E ASSINATURA)

ANEXO VII

DADOS DA EMPRESA PROPONENTE

AO PREGOEIRO

IDEPPLAN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A EMPRESA _____ COM SEDE NA RUA _____, CIDADE DE _____, CPNJ N.º _____, NESTE ATO POR SEU RESPONSÁVEL SR.(A) _____,

DECLARA QUE:

- ASSUME INTEIRA RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.
- SE SUJEITA A TODAS AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E TERMOS ESTABELECIDOS NESTE **PREGÃO ELETRÔNICO** E SEUS **ANEXOS**, BEM COMO, SOB AS PENAS CABÍVEIS.

_____, EM ____ DE _____ DE 20__

(NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA PROPONENTE)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

A EMPRESA....., COM SEDE NA RUA, N.º.....,BAIRRO..... CEP:

CIDADE....., DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ SOB N.º, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, **DECLARA**, QUE CASO SEJA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO

....., AO INÍCIO DE UMA FRETE DE TRABALHO SE OBRIGA A APRESENTAR 1 (UM) ATESTADO DE QUALIDADE EXPEDIDO PELO TECPAR OU ENTIDADE TÉCNICA RECONHECIDA NACIONALMENTE AFILIADA À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO - ABIPTI REFERENTE AOS MATERIAIS QUE PRETENDE FORNECER, SOB PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS.

_____, _____ DE _____ DE _____ (LOCAL)

(ASSINATURA COM FIRMA RECONHECIDA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17850/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ???/2021

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº.

****/2021, QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO DE

DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO - IDEPPLAN E

A EMPRESA *****

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO, DE UM LADO, O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO DE APUCARANA**, POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, SEDIADA NO CENTRO CÍVICO JOSÉ DE OLIVEIRA ROSA, 25, APUCARANA, PARANÁ, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 07.532.816/0001-05, A SEGUIR DENOMINADO SIMPLEMENTE CONTRATANTE, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE, **ANTONIO CARLOS LOPES MENDES**, BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE À RUA OTAVIO MAREZE, Nº 230, NESTE MUNICÍPIO, PORTADOR DO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA Nº 596.045.499-87, E CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 4.289.374-9 SPP/PR, E DE OUTRO LADO A EMPRESA *****, SITUADA À RUA/AVENIDA *****, CEP *****, CIDADE *****, ESTADO DO *****, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº *****, I.E. Nº *****, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, NESTE ATO REPRESENTADA PELO(A) SR(A). *****, RESIDENTE À *****, PORTADOR(A) DO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA Nº ***** E CÉDULA DE IDENTIDADE (RG) Nº *****, CONVENCIONAM E MUTUAMENTE ESTIPULAM O SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO PARA EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TACHÕES NO MUNICÍPIO DE APUCARANA, DE ACORDO COM AS DEMAIS CLÁUSULAS ESTIPULADAS NESTE CONTRATO, EDITAL E OBSERVADAS AS DISCRIMINAÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL).

LOTE	ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
##	##	##	##	#####	****	****

REQUISITOS GERAIS

AS TINTAS DEVERÃO SER FORNECIDAS PARA SUPERFÍCIE BETUMINOSA;
AS TINTAS, LOGO APÓS A ABERTURA DO RECIPIENTE, NÃO DEVERÃO APRESENTAR SEDIMENTOS, NATAS E GRUMOS;
A UMIDADE RELATIVA DO AR NO MOMENTO DA APLICAÇÃO DEVERÁ ESTAR INFERIOR A 80% (OITENTA PORCENTO);
A TEMPERATURA AMBIENTE NO MOMENTO DA APLICAÇÃO DEVERÁ ESTAR NO INTERVALO DE 10 °C A 40°C;
AS TINTAS DEVEM APRESENTAR CONDIÇÕES DE DILUIÇÃO APROPRIADAS PARA APLICAÇÃO;
AS MICRO ESFERAS DE VIDRO DO TIPO II – A “DROP ON” DEVERÃO SER APLICADAS POR ASPERSÃO, CONCOMITANTEMENTE A TINTA OU TERMOPLÁSTICO, DE MODO A PERMANECER NA SUPERFÍCIE DA PELÍCULA APLICADA, FORNECENDO RETRORREFLETORIZAÇÃO IMEDIATA;
A TINTA NÃO DEVE AGREDIR AO PAVIMENTO NO QUAL FOI APLICADA;
A RETRORREFLETIVIDADE INICIAL MÍNIMA RECOMENDADA, MEDIDA EM ATÉ 15 DIAS APÓS SUA APLICAÇÃO, DEVE SER:
COR AMARELA – 150 (CENTO E CINQUENTA MILICANDELAS POR LUX POR METRO QUADRADO);
COR BRANCA – 250 (DUZENTOS E CINQUENTA MILICANDELAS POR LUX POR METRO QUADRADO).

ITEM 01 – EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA ACRÍLICA A FRIO PELO PROCESSO DE ASPERSÃO.

APLICAÇÃO:

- MARCAS LONGITUDINAIS;
- MARCAS TRANSVERSAIS;

- MARCAS DE CANALIZAÇÃO;
- MARCAS DE DELIMITAÇÃO E CONTROLE DE ESTACIONAMENTO E/OU PARADA;
- INSCRIÇÕES NO PAVIMENTO.

REFERENCIAS NORMATIVAS:

NORMA DNIT 100/2018 –ES;

NBR15405 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TINTAS – PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DA DEMARCAÇÃO E AVALIAÇÃO;

NBR 11862 – TINTAS PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL À BASE DE RESINAACRÍLICA;

NBR 16184 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – MICROESFERAS DE VIDRO – REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO;

NBR 14723 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – AVALIAÇÃO DA RETRORREFLETIVIDADE;

RESOLUÇÃO CONTRAN 236/07 – MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, VOLUME IV.

REQUISITOS ESPECÍFICOS

A TINTA DEVERÁ SER APLICADA COM MICRO ESFERAS DE VIDRO DO TIPO I – BINCORPORADAS;

O SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO DEVERÁ SER EXECUTADO OBRIGATORIAMENTE COM OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS:

3. EQUIPAMENTO PARA DEMARCAÇÃO A FRIO DE FAIXAS DE TRÂNSITO MONTADO SOBRE CAMINHÃO – UTILIZADO NA DEMARCAÇÃO DE MARCAS LONGITUDINAIS, CANALIZAÇÃO, CONTROLE DE ESTACIONAMENTO, ENTRE OUTRAS; ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO:

- A. MONTADO SOBRE CAMINHÃO DO TIPO VW 8-150, OU SIMILAR;
- B. MOTOR COM ACELERADOR MANUAL, BATERIA DE 12 V (DOZE VOLTS) E PARTIDA ELÉTRICA;
- C. COMPRESSOR DE AR DE ALTA PRESSÃO, COM UM ESTÁGIO E FILTRO DEADMISSÃO;
- D. POSSUIR 2 (DOIS) TANQUES PARA TINTA COM CAPACIDADE PARA 300 L (TREZENTOS LITROS), CADA UM, PRESSURIZADOS, COM SAÍDAS INDIVIDUAIS DE TINTA PARA CONTROLE DE PRESSÃO;
- E. CONJUNTO DE VÁLVULAS DE SEGURANÇA DE RÁPIDO ALÍVIO, MANGUEIRAS DE ALTA PRESSÃO E VÁLVULA PARA CONTROLE DE ATOMIZADOR DE PISTOLA;
- F. CONJUNTO PARA ARMAZENAMENTO E LANÇAMENTO DE MICROESFERAS DE VIDRO;
- G. TANQUE PRESSURIZADO DE SOLVENTE PARA LIMPEZA AUTOMÁTICA DO CIRCUITO DE TUBULAÇÃO DE TINTA DE PISTOLAS.

4. MÁQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA MOTORIZADA, MOVIDA À GASOLINA – UTILIZADA NA DEMARCAÇÃO DE MARCAS TRANSVERSAIS, INSCRIÇÕES NO PAVIMENTO, ENTRE OUTRAS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO:

- D. MÁQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, COM DUAS PISTOLAS, BICOS INTERCAMBIÁVEIS, MOTOR A GASOLINA, RESERVATÓRIO PARA TINTA E ENGATE;
- E. EQUIPAMENTO MOTORIZADO PARA TRACÇÃO, COM MOTOR A GASOLINA, FAROL PARA TRABALHO NOTURNO E ENGATE;
- F. DISPOSITIVO LANÇADOR DE MICROESFERAS, COM UM TANQUE PARA MICROESFERAS E DUAS PISTOLAS PARA MICROESFERAS.

A ESPESSURA DA PELÍCULA DA PINTURA, INCLUINDO TINTA E AGREGADO, SERÁ DE 600 µM (SEISCENTOS MICRÔMETROS) COM TOLERÂNCIA DE 100 µM (CEMMICRÔMETROS);

A LIBERAÇÃO DO TRÁFEGO DEVERÁ OCORRER NO MÁXIMO 30 MIN (TRINTA MINUTOS) APÓS A SUA APLICAÇÃO;

A TINTA DEVE SER EMBALADA EM BALDES METÁLICOS DE 18 L (DEZOITO LITROS) COM TAMPAS REMOVÍVEIS, CONTENDO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES EM SEU CORPO:

- D. NOME DO PRODUTO;
- E. NOME COMERCIAL;
- F. COR DA TINTA (NOME E CÓDIGO MUNSSELL);
- G. REFERÊNCIA QUANTO À NATUREZA QUÍMICA DA RESINA;
- H. DATA DE FABRICAÇÃO;
- I. PRAZO DE VALIDADE;
- J. NÚMERO DO LOTE DE FABRICAÇÃO;

K.	NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE;
L.	QUANTIDADE CONTIDA NO RECIPIENTE, EM LITRO;
M.	NOME E NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO NO CRQ DO QUÍMICO RESPONSÁVEL;
N.	SELO DE INSPEÇÃO DO CONTROLE DE QUALIDADE DA EMPRESA.

ITEM 02 – EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM MATERIAL TERMOPLÁSTICO PELO PROCESSO DE EXTRUSÃO;

APLICAÇÃO:

- MARCAS TRANSVERSAIS;

REFERENCIAS NORMATIVAS:

NORMA DNIT 100/2018 –ES;

NBR 15402 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TERMOPLÁSTICOS – PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DA DEMARCAÇÃO E AVALIAÇÃO;

NBR 13132 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TERMOPLÁSTICO APLICADO PELO PROCESSO DE EXTRUSÃO

NBR 15482 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TINTAS – TERMOPLÁSTICOS – MÉTODOS DE ENSAIO;

NBR 16184 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – MICROESFERAS DE VIDRO – REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO;

NBR 14723 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – AVALIAÇÃO DA RETRORREFLETIVIDADE;

RESOLUÇÃO CONTRAN 236/07 – MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, VOLUME IV.

REQUISITOS GERAIS:

4. DURANTE A FABRICAÇÃO DO MATERIAL TERMOPLÁSTICO DEVERÃO SER INCORPORADAS MICRO ESFERAS DE VIDRO DO TIPO I – A;

5. A ESPESSURA MÍNIMA DA PELÍCULA DA PINTURA, INCLUINDO TINTA E AGREGADO, SERÁ DE 2500 µM (DOIS MIL E QUINHENTOS MICRÔMETROS) COM TOLERÂNCIA DE 300 µM (TREZENTOS MICRÔMETROS);

6. A LIBERAÇÃO DO TRÁFEGO DEVERÁ OCORRER NO MÁXIMO 10 MIN (DEZ MINUTOS) APÓS A SUA APLICAÇÃO;

ITEM 03 – EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE CANALIZAÇÃO COM TACHÕES.

APLICAÇÃO:

- MARCAS DE CANALIZAÇÃO;
- MINI-ROTATÓRIAS;
- ZEBRADOS.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS:

NORMA DNIT 100/2018 –ES;

NBR 14636 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TACHAS REFLETIVAS VIÁRIAS – REQUISITOS;

NBR 15576 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TACHÕES REFLETIVOS VIÁRIOS – REQUISITOS E MÉTODOS DE ENSAIO.

RESOLUÇÃO CONTRAN 236/07 – MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, VOLUME IV.

REQUISITOS ESPECÍFICOS:

4. MATERIAL COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, A IMPACTOS, A ABRASÃO, A TEMPERATURA E A PENETRAÇÃO DE ÁGUA CONFORME REFERÊNCIA NORMATIVA;

5. TACHÕES AMARELOS, BI-REFLETIVOS (ELEMENTO REFLETIVO AMARELO), COM FORMA DE TRONCO PRISMÁTICO E FIXAÇÃO POR ADESIVO EPOXI;

6. RETRORREFLETIVIDADE EM CONDIÇÕES SECAS E MOLHADAS, INCLUSIVE EM AMBIENTES NOTURNOS;

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1 A PRESENTE RELAÇÃO JURÍDICA CONTRATUAL É DISCIPLINADA, INTEGRALMENTE, PELA LEI Nº 10.520 DE 17/07/2002, PUBLICADO NO D.O. DE 18/07/2002 E SUAS ALTERAÇÕES E DECRETO Nº 3.555, DE 08/08/2000, PUBLICADO NO D.O. DE 09/08/2000 E SUAS ALTERAÇÕES, SUBSIDIARIAMENTE PELAS NORMAS DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E, FUNDAMENTA-SE NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021, PROPOSTA DATADA DE XX/XX/XXXX QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE INSTRUMENTO, APLICANDO-SE, IGUALMENTE, A PRESENTE RELAÇÃO OS DEMAIS ATOS LEGISLATIVOS E NORMATIZADORES DE ORDEM PÚBLICA PERTINENTES.

2.2 OS CASOS E SITUAÇÕES OMISSOS SERÃO RESOLVIDOS DE COMUM ACORDO RESPEITADO AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO CONSTANTE DESTA CLÁUSULA, REGULADOS PELOS PRECITOS DE DIREITO PÚBLICO, APLICANDO-LHES, SUPLETIVAMENTE, OS PRINCÍPIOS DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E DISPOSIÇÕES DE DIREITO PRIVADO, NA FORMA PRECONIZADA PELO ART. 54 COMBINADO COM O INCISO XII, DO ART. 55, DA LEI 8.666/93.

2.3 O CONTRATANTE PROVIDENCIARÁ A PUBLICAÇÃO DESTE CONTRATO, POR EXTRATO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, ATÉ O QUINTO DIA ÚTIL DO MÊS SEGUINTE AO DE SUA ASSINATURA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR CONTRATUAL E DAS DESPESAS

3.1 O VALOR TOTAL DO CONTRATO É DE R\$ ***** (*****).

3.1.1 O CONTRATANTE SE RESERVA O DIREITO DE, A SEU CRITÉRIO, UTILIZAR OU NÃO A TOTALIDADE DA VERBA PREVISTA.

3.2 AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO OBJETO DESTE CONTRATO, SERÃO CONTRATADOS COM RECURSOS PROVENIENTES DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA N:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA						FONTE		DESPESA
33	90	39	21	00	00	509	Gerenciamento de Trânsito	8573

3.3 A CONTRATADA OBRIGA-SE A ACEITAR, NAS MESMAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, E MEDIANTE TERMO ADITIVO, OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, NO MONTANTE DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL ATUALIZADO DESTE CONTRATO. DE ACORDO COM O PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ART. 65 DA LEI Nº. 8.666/93 NENHUM ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO PODERÁ EXCEDER OS LIMITES ESTABELECIDOS EM LEI, SALVO, ÀS SUPRESSÕES RESULTANTES DE ACORDO CELEBRADOS ENTRE AS PARTES.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES PARA EFETIVAR O PAGAMENTO E DO REAJUSTE

4.1 O FATURAMENTO OCORRERÁ MENSALMENTE, COM O PAGAMENTO A SER REALIZADO NO PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL, DEVIDAMENTE ATESTADA PELA FISCAL DO CONTRATO E POR UM DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E SERVIÇOS E OBRAS - CR, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 287/2015 DE 15 DE JULHO DE 2015, RESPEITADAS AS PROPORÇÕES ESPECÍFICAS DE SEU ART. 9º E DECRETO MUNICIPAL Nº 438/2015 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

4.1.1 A MEDIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO SERÁ REALIZADA MEDIANTE FORNECIMENTO DO CONTROLE DE MEDIÇÃO DIÁRIA, ATRAVÉS DE UM ARQUIVO DE PLANILHA, AO IDEPPLAN PELA PROPONENTE GANHADORA NO FINAL DE CADA DIA TRABALHADO.

4.1.2 A LIBERAÇÃO DE CADA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DA GUIA DE QUITAÇÃO JUNTO AO INSS, ATRAVÉS DE CND; E DA QUITAÇÃO JUNTO AO FGTS/CEF, ATRAVÉS DO CRF E TAMBÉM, CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT).

4.1.3 O FATURAMENTO DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE BENS A SER CONFERIDO E APROVADO, PELO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO, E CONTERÁ: TODOS OS DADOS, ELEMENTOS E MATERIAIS QUE COMPROVEM AS DESPESAS PERTINENTES. DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS DEVIDAMENTE ENTREGUES E A IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA SOLICITAÇÃO, PELO RECEBIMENTO E PELO ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS.

4.1.4 DE ACORDO COM O ART. 327 DA LEI MUNICIPAL 85 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, A CONTRATADA COM SEDE NO MUNICÍPIO DEVERÁ APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM AS CERTIDÕES DO ITEM 4.1.1 DO EDITAL, PARA O RECEBIMENTO DO PAGAMENTO.

4.2 QUALQUER ERRO OU OMISSÃO HAVIDOS NA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, SERÁ OBJETO DE CORREÇÃO PELA CONTRATADA E HAVERÁ EM DECORRÊNCIA, SUSPENSÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO ATÉ QUE O PROBLEMA SEJA DEFINITIVAMENTE REGULARIZADO.

4.3 A CRITÉRIO DO MUNICÍPIO SERÁ PROCEDIDA CONSULTA JUNTO AOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/02, ANTES DE CADA PAGAMENTO A SER EFETUADO À CONTRATADA, PARA VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DA MESMA, RELATIVAMENTE ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO EXIGIDAS NO EDITAL, CUJOS RESULTADOS SERÃO IMPRESSOS E JUNTADOS AOS AUTOS DO PROCESSO PRÓPRIO.

4.4 CASO HAJA APLICAÇÃO DE MULTA, O VALOR SERÁ DESCONTADO DE QUALQUER NOTA FISCAL OU CRÉDITO EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE APUCARANA EM FAVOR DA CONTRATADA. CASO A MESMA SEJA SUPERIOR AO CRÉDITO EVENTUALMENTE EXISTENTE, A DIFERENÇA SERÁ COBRADA ADMINISTRATIVAMENTE OU JUDICIALMENTE, SE NECESSÁRIO.

4.5 O CONTRATANTE NÃO FARÁ NENHUM PAGAMENTO À CONTRATADA, ANTES DE PAGA OU RELEVADA A MULTA QUE PORVENTURA LHE TENHA SIDO APLICADA.

4.6 NA HIPÓTESE DE ATRASO NO PAGAMENTO DA NOTA FISCAL, DEVIDAMENTE ATESTADA, O VALOR DEVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PODERÁ SER ATUALIZADO FINANCEIRAMENTE, ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, DE ACORDO COM A VARIAÇÃO DO **INPC-IBGE**.

4.7 O VALOR CONTRATADO SERÁ FIXO, PODENDO SOFRER REAJUSTE DE PREÇOS CONFORME O DISPOSTO NA LEI Nº 9.069, DE 29/06/1995, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 30/06/1995, E LEI Nº 10.192, DE 14/02/2001, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 16/02/2001, RESSALVADO, QUAISQUER TRIBUTOS OU ENCARGOS LEGAIS CRIADOS, ALTERADOS OU EXTINTOS, BEM COMO A SUPERVENIÊNCIA DE DISPOSIÇÕES LEGAIS, QUANDO OCORRIDAS APÓS A DATA DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, DE COMPROVADA REPERCUSSÃO NOS PREÇOS CONTRATADOS, IMPLICAR À REVISÃO DESTES PARA MAIS OU MENOS, CONFORME O CASO.

4.8 UMA VEZ APURADO, NO CURSO DA CONTRATAÇÃO, QUE A CONTRATADA ACRESCEU, INDEVIDAMENTE, A SEUS PREÇOS, VALORES CORRESPONDENTES A TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES FISCAIS E/OU PARAFISCAIS E EMOLUMENTOS DE QUALQUER NATUREZA, NÃO INCIDENTES SOBRE A EXECUÇÃO DO OBJETO, TAIS VALORES SERÃO IMEDIATAMENTE EXCLUÍDOS, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS E O REEMBOLSO DOS VALORES PORVENTURA PAGOS À MESMA.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PROCEDIMENTOS DE FORNECIMENTO, DA VIGÊNCIA E GARANTIA, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 PARA A SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS, O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO OBEDECERÁ À INFORMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS, QUE INDICARÃO QUAIS OS QUANTITATIVOS DO PEDIDO.

5.2 O PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA ASSINATURA DO PRESENTE.

5.2.1 A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ REALIZADA EM FRENTE DE TRABALHOS CONFORME A NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA DO CONTRATANTE, MEDIANTE A SOLICITAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE NOTA DE EMPENHO E ORDEM DE SERVIÇO. O PRAZO PARA INICIAR A EXECUÇÃO DE CADA ORDEM DE SERVIÇO SERÁ DE NO MÁXIMO 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS A PARTIR DA SOLICITAÇÃO.

5.2.2 O RECEBIMENTO DO OBJETO DAR-SE-Á PELA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE SOLICITADA E CONSEQUENTE ACEITAÇÃO PELO GESTOR DO CONTRATO;

5.2.3 CABERÁ AO FISCAL DO CONTRATO REJEITAR OS SERVIÇOS E PRODUTOS RECEBIDOS EM DESCORDO COM O OBJETO E INFORMAR A SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO PARA QUE SEJAM TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

5.2.4 O FISCAL DO CONTRATO DEVERÁ ACOMPANHAR A ENTREGA DOS OBJETOS SOLICITADOS JUNTAMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-E, MODELO 55, EM SUBSTITUIÇÃO À NOTA FISCAL MODELO 1 OU 1-A. ESSA EXIGÊNCIA ESTÁ DE ACORDO COM O PROTOCOLO ICMS 42, DE 03 DE JULHO DE 2009, CLÁUSULA SEGUNDA, INCISO I. CASO NÃO TENHA RECEBIDO A NOTA FISCAL ELETRÔNICA, DEVERÁ COMUNICAR EXPRESSAMENTE A SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO, DESTA PREFEITURA, PARA PROVIDÊNCIAS.

5.3 A EXECUÇÃO DO CONTRATO DEVERÁ OBSERVAR AS ESPECIFICAÇÕES DESTES INSTRUMENTOS E AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, LEI FEDERAL Nº 8.078 DE 11/09/90, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CABÍVEIS E PREVISTAS EM LEI ESPECIAL, QUANDO FOR O CASO.

5.4 NO CURSO DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL CABERÁ À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA E AO IDEPPLAN, DIRETAMENTE OU POR QUEM VIER A INDICAR, O DIREITO DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS, SEM PREJUÍZO DAQUELA EXERCIDA PELA EMPRESA CONTRATADA.

5.5 O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO COMUNICARÁ A EMPRESA CONTRATADA, POR ESCRITO, AS DEFICIÊNCIAS PORVENTURA VERIFICADAS NOS SERVIÇOS EXECUTADOS, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS.

5.6 A PRESENÇA DA FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA NÃO ELIDE NEM DIMINUI A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA.

5.7 O FISCAL DO CONTRATO SERÁ A SERVIDORA **RAYSSA DE ALMEIDA**, CPF: 106.517.669-40, RG: 12.703.949-6; FISCAL SUBSTITUTO DO CONTRATO: **JOSÉ RODRIGUES DIAS**, CPF: 796.417.259-04, RG: 5.538.420-0.

5.8 NO CURSO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL CABERÁ AO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO, DIRETAMENTE OU POR QUEM VIER A INDICAR, O DIREITO DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS, SEM PREJUÍZO DAQUELA EXERCIDA PELA EMPRESA CONTRATADA, CABENDO À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA COMUNICAR A EMPRESA CONTRATADA, POR

ESCRITO, AS DEFICIÊNCIAS PORVENTURA VERIFICADAS NOS FORNECIMENTOS, PARA IMEDIATA CORREÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS;

5.8.1 A PRESENÇA DA FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA NÃO ELIDE NEM DIMINUI A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA.

5.9 O GESTOR DO CONTRATO SERÁ O SENHOR **ANTONIO CARLOS LOPES MENDES**, PORTADOR DO CPF 596.045.499-87 E RG: 4.289.374-9. TELEFONE: (043) 98658-5510; EMAIL: ACARLOSLMENDES@GMAIL.COM.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.10 TODA MÃO-DE-OBRA É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA PROPONENTE VENCEDORA, BEM COMO OS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS, INCLUSIVE IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, ADVINDO DO QUE ORA SE CONTRATA, SENDO QUE O ÔNUS DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO DE QUALQUER NATUREZA É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO.

5.11 NÃO SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS APRESENTADOS NOS ITENS DESTA EDITAL.

5.12 A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ ACOMPANHADA POR UM FISCAL RESPONSÁVEL INDICADO PELO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO DE APUCARANA – IDEPPLAN.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

ALÉM DAS NATURALMENTE DECORRENTES DO CONTRATO, CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 CUMPRIR FIELMENTE, OS COMPROMISSOS AVENÇADOS, DE FORMA QUE OS FORNECIMENTOS SEJAM REALIZADOS COM ESmero E PERFEIÇÃO; E SOLUCIONAR OS PROBLEMAS QUE PORVENTURA VENHAM A SURTIR, RELACIONADOS PARTICULARMENTE COM O FORNECIMENTO DOS OBJETOS;

6.2 MANTER DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO AS CONDIÇÕES QUE ENSEJARAM SUA CONTRATAÇÃO; E NÃO TRANSFERIR A OUTREM, NO TODO OU EM PARTE, OS FORNECIMENTOS DO OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO SEM PRÉVIA E EXPRESSA ANUÊNCIA DO CONTRATANTE;

6.3 TODAS AS DESPESAS INERENTES AOS FORNECIMENTOS CONTRATADOS, INCLUSIVE AS DE PAGAMENTO COM EVENTUAIS ACIDENTES DE TRABALHO OU DANOS DE QUALQUER ESPÉCIE, AQUI ENTENDIDO, QUAISQUER ENVOLVIDOS, RESPONSABILIZANDO-SE TAMBÉM POR DANOS A TERCEIROS; ENCARGOS E IMPOSTOS, BEM ASSIM QUAISQUER DESPESAS DIRETAS E/OU INDIRETAS RELACIONADAS COM O FORNECIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL;

6.3.1 A INADIMPLÊNCIA DA CONTRATADA COM REFERÊNCIA AOS ENCARGOS E IMPOSTOS, NÃO TRANSFERE AO CONTRATANTE A RESPONSABILIDADE POR SEU PAGAMENTO.

6.4 PELOS DANOS CAUSADOS DIRETAMENTE AO CONTRATANTE OU A TERCEIROS, DECORRENTES DE SUA CULPA OU DOLO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, NÃO EXCLUINDO OU REDUZINDO ESSA RESPONSABILIDADE, A FISCALIZAÇÃO OU O ACOMPANHAMENTO POR PARTE DO CONTRATANTE;

6.5 FORNECER O OBJETO NO LOCAL DETERMINADO PELO CONTRATANTE, MEDIANTE A SOLICITAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DA FISCAL DO CONTRATO, EFETIVANDO CONTROLE DO FORNECIMENTO, ATRAVÉS DE RELATÓRIO;

6.6 CONSIDERAR PELO PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO, OS VALORES DAS DESPESAS DECORRENTES DA ENTREGA RESPECTIVA, E AINDA, CASO SEJA NECESSÁRIA A SUA POSTERIOR DEVOLUÇÃO, POR DEFEITO DO BEM OU SE ESTIVER FORA DE ESPECIFICAÇÃO CONTRATADA;

6.7 TODO E QUALQUER FORNECIMENTO FORA DAS ESPECIFICAÇÕES CONTRATADAS E ALÉM DAS SOLICITAÇÕES DO CONTRATANTE, CUJAS DESPESAS CORRERÃO POR CONTA DA CONTRATADA E DEVERÃO SER PRONTAMENTE ATENDIDAS;

6.8 QUALQUER IMPEDIMENTO QUE HOVER NO DECORRER DESTA CONTRATAÇÃO, DEVENDO A CONTRATADA EM CASO DE MOTIVADA AUSÊNCIA OU EMPECILHO NO FORNECIMENTO, RESPONSABILIZAR-SE PELOS DANOS EVENTUALMENTE CAUSADOS;

6.9 NÃO TRANSFERIR A OUTREM, NO TODO OU EM PARTE, OS FORNECIMENTOS DO OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO SEM PRÉVIA E EXPRESSA ANUÊNCIA DO CONTRATANTE;

6.10 QUANDO DA SUBCONTRATAÇÃO DOS BENS AQUI CONTRATADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, A CONTRATADA OBRIGA-SE A EXIGIR DOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS AS MESMAS CONDIÇÕES DA PRESENTE ATA, RESPONDENDO SOLIDARIAMENTE COM ESTES TODAS AS INFRAÇÕES EVENTUALMENTE COMETIDAS;

6.11 MANTER DURANTE TODO O PERÍODO DO CONTRATO, COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELA ASSUMIDA NAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO, VINCULADA A ESTE INSTRUMENTO.

6.12 EM TODAS AS FRENTES DE TRABALHO, DEVERÁ SER FORNECIDA AO FISCAL DO IDEPPLAN UMA AMOSTRA DO MATERIAL NO QUAL SERÁ EMPREGADO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 6.13** OBEDECER AOS CRITÉRIOS DE REMUNERAÇÃO PREVISTO NO CONTRATO, DESDE QUE CUMPRIDA AS EXIGÊNCIAS EXPLICITADAS NESTE INSTRUMENTO;
- 6.14** PROPORCIONAR TODAS AS CONDIÇÕES PARA QUE A CONTRATADA POSSA CUMPRIR SUAS OBRIGAÇÕES DENTRO DAS NORMAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS;
- 6.15** ACOMPANHAR E FISCALIZAR O CONTRATO PODENDO SUSTAR, MANDAR FAZER OU DESFAZER QUAISQUER FORNECIMENTOS QUANDO OS MESMOS NÃO ESTIVEREM DENTRO DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES;
- 6.16** A SOLICITAÇÃO EXPRESSA OU VIA TELEFONE, DE FORNECIMENTO DE BENS, ATRAVÉS DO FISCAL DO CONTRATO;
- 6.17** COMUNICAR À CONTRATADA AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS NO FORNECIMENTO;
- 6.18** PERMITIR O ACESSO DOS FUNCIONÁRIOS DA LICITANTE VENCEDORA ÀS DEPENDÊNCIAS DOS ESTABELECIMENTOS RESPECTIVOS, PARA AS ENTREGAS SOLICITADAS.
- 6.19** RECUSAR OS OBJETOS QUE ESTIVEREM FORA DAS ESPECIFICAÇÕES E SOLICITAR UMA NOVA ENTREGA DOS MESMOS;
- 6.20** EFETUAR O PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS REALIZADOS.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 A INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DAS CONDIÇÕES PACTUADAS, ERRO DE EXECUÇÃO, MORA NA EXECUÇÃO, A **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR À CONTRATADA AS SEGUINTE PENALIDADES:

I - ADVERTÊNCIA;

II - MULTA DE 0,3% (ZERO VÍRGULA TRÊS POR CENTO) POR DIA DE ATRASO E POR OCORRÊNCIA DE FATO EM DESACORDO COM O PROPOSTO E O ESTABELECIDO NESTE CONTRATO, ATÉ O MÁXIMO DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, RECOLHIDA NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, UMA VEZ COMUNICADA OFICIALMENTE;

III - MULTA DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA NOTA DE EMPENHO, NO CASO DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO CONTRATADO, RECOLHIDA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, CONTADO DA COMUNICAÇÃO OFICIAL, SEM EMBARGO DE INDENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS PORVENTURA CAUSADOS À CONTRATANTE, E AINDA SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 8.666/93;

IV - MULTA DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO QUANDO O INADIMPLEMENTO ENSEJAR A RESCISÃO CONTRATUAL;

V - A CONTRATADA ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DESTE OBJETO, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO OBJETO PACTUADO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNIO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E, SERÁ DESCREDECENCIADA JUNTO AOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/02, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS NESTE CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

§ 1º - AS SANÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS "I" E "V" DESTA CLÁUSULA PODERÃO SER APLICADAS JUNTAMENTE COM AS DOS INCISOS "II" À "IV", FACULTADA A DEFESA PRÉVIA DA CONTRATADA, NO RESPECTIVO PROCESSO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS;

§ 2º - A MULTA DEVIDA SERÁ DESCONTADA DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELO CONTRATANTE OU QUANDO FOR O CASO, COBRADA JUDICIALMENTE;

§ 3º - A CRITÉRIO DO CONTRATANTE, PODERÃO SER SUSPENSAS AS PENALIDADES, NO TODO OU EM PARTE, QUANDO O ATRASO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FOR DEVIDAMENTE JUSTIFICADO PELA CONTRATADA, POR ESCRITO, NO PRAZO MÁXIMO ATÉ 05 (CINCO) DIAS DA OCORRÊNCIA DO EVENTO E ACEITO PELO CONTRATANTE, QUE FIXARÁ NOVO PRAZO, ESTE IMPROPRORROGÁVEL, PARA A COMPLETA EFETIVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS.

7.2 COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 154 DA LEI ESTADUAL N.º 15.608/2007, SERÁ APLICADA A **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO** AO LICITANTE QUE: **I)** SE RECUSAR INJUSTIFICADAMENTE, APÓS SER CONSIDERADO ADJUDICATÁRIO E DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, A ASSINAR O CONTRATO, BEM COMO ACEITAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE; **II)** NÃO MANTIVER A SUA PROPOSTA.

7.2.1 CABERÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA PROPOSTA AO LICITANTE QUE SE RECUSAR INJUSTIFICADAMENTE, APÓS SER CONSIDERADO ADJUDICATÁRIO E DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, A ASSINAR O CONTRATO, BEM COMO ACEITAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE, SEM PREJUÍZO DE INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR EM CASO DE PERDAS E DANOS DECORRENTES DA RECUSA E DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO DE LICITAR E CONTRATAR COM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, PELO PRAZO DE ATÉ 2 (DOIS) ANOS, GARANTIDA A AMPLA DEFESA.

7.3 ALÉM DAS JÁ ESPECIFICADAS NESTE INSTRUMENTO SUJEITAM-SE A CONTRATADA INADIMPLENTE AS DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NOS ARTIGOS 86 A 88 DA LEI FEDERAL N° 8.666/93, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CABÍVEIS PRECONIZADAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - LEI FEDERAL N° 8.078 DE 11/09/90;

7.4 SE DISCORDAR DAS PENALIDADES QUE PORVENTURA LHE TENHAM SIDO APLICADAS, PODERÁ A CONTRATADA APRESENTAR RECURSO, SEM EFEITO SUSPENSIVO, À AUTORIDADE COMPETENTE ATRAVÉS DA QUE LHE TENHA DIRIGIDO A RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, DESDE QUE O FAÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO E DENTRO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO.

CLÁUSULA OITAVA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

8.1 A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO ENSEJARÁ SUA RESCISÃO, COM AS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 78 A 80 DA LEI 8.666/93 NA FORMA A SEGUIR:

§ 1º - SÃO MOTIVOS PARA A RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO:

I - O NÃO CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, ESPECIFICAÇÕES OU PRAZOS; OU O CUMPRIMENTO IRREGULAR RESPECTIVO;

II - A LENTIDÃO DO SEU CUMPRIMENTO, LEVANDO O CONTRATANTE A COMPROVAR A IMPOSSIBILIDADE DA CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO, NOS PRAZOS ESTIPULADOS; O ATRASO INJUSTIFICADO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO; OU A PARALISAÇÃO DA EXECUÇÃO, SEM JUSTA CAUSA E PRÉVIA COMUNICAÇÃO À CONTRATANTE;

III - A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO SEU OBJETO, A ASSOCIAÇÃO DO CONTRATADO COM OUTREM, A CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL, BEM COMO A FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO DE FORMA NÃO ADMITIDA NESTE CONTRATO;

IV - O DESATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES REGULARES DA AUTORIDADE DESIGNADA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A SUA EXECUÇÃO, ASSIM COMO AS DE SEUS SUPERIORES;

V - O COMETIMENTO REITERADO DE FALTAS NA SUA EXECUÇÃO, ANOTADAS NA FORMA DO § 1º DO ART. 67 DA LEI N° 8.666/93;

VI - A DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OU A INSTAURAÇÃO DE INSOLVÊNCIA CIVIL; A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE OU O FALECIMENTO DO CONTRATADO; OU A ALTERAÇÃO SOCIAL OU A MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE OU DA ESTRUTURA DA CONTRATADA, QUE PREJUDIQUE A EXECUÇÃO DO CONTRATO;

VII - RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DE ALTA RELEVÂNCIA E AMPLO CONHECIMENTO, JUSTIFICADAS E DETERMINADAS PELA MÁXIMA AUTORIDADE DA ESFERA ADMINISTRATIVA A QUE ESTÁ SUBORDINADO O CONTRATANTE E EXARADAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO A QUE SE REFERE O CONTRATO;

VIII - A SUPRESSÃO, POR PARTE DO CONTRATANTE, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ACARRETANDO MODIFICAÇÃO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO ALÉM DO LIMITE PERMITIDO NO § 1º DO ART. 65 DA LEI N° 8.666/93;

IX - A SUSPENSÃO DE SUA EXECUÇÃO, POR ORDEM ESCRITA DO CONTRATANTE, POR PRAZO SUPERIOR A 120 DIAS, SALVO EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA, GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM INTERNA OU GUERRA, OU AINDA POR REPETIDAS SUSPENSÕES QUE TOTALIZEM O MESMO PRAZO, INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO OBRIGATÓRIO DE INDENIZAÇÕES PELAS SUCESSIVAS E CONTRATUALMENTE IMPREVISTAS DESMOBILIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES E OUTRAS PREVISTAS, ASSEGURADO AO CONTRATADO, NESSES CASOS, O DIREITO DE OPTAR PELA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS ATÉ QUE SEJA NORMALIZADA A SITUAÇÃO;

X - O ATRASO SUPERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELO CONTRATANTE DECORRENTES DAS EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OU PARCELAS DESTES, JÁ RECEBIDOS, SALVO EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA, GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM INTERNA OU GUERRA, ASSEGURADO AO CONTRATADO O DIREITO DE OPTAR PELA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES ATÉ QUE SEJA NORMALIZADA A SITUAÇÃO;

XI - A OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR, REGULARMENTE COMPROVADA, IMPEDITIVA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO;

XII - DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 27, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PENAS CABÍVEIS;

PARÁGRAFO ÚNICO: OS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

§ 2º - A RESCISÃO DO CONTRATO PODERÁ SER:

I - DETERMINADA POR ATO UNILATERAL E ESCRITO DO MUNICÍPIO, NOS CASOS ENUMERADOS NOS INCISOS I A VII E XI DO PARÁGRAFO ANTERIOR;

II - AMIGÁVEL, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, REDUZIDA A TERMO NO PROCESSO DA LICITAÇÃO, DESDE QUE HAJA CONVENIÊNCIA PARA O CONTRATANTE;

III - JUDICIAL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO;

A) A RESCISÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL DEVERÁ SER PRECEDIDA DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE.

B) QUANDO A RESCISÃO OCORRER COM BASE NOS INCISOS VII A XI DO PARÁGRAFO PRIMEIRO, SEM QUE HAJA CULPA DA CONTRATADA, SERÁ ESTE RESSARCIDO DOS PREJUÍZOS REGULARMENTE COMPROVADOS QUE HOVER SOFRIDO, TENDO AINDA DIREITO A:

I - PAGAMENTOS DEVIDOS PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO ATÉ A DATA DA RESCISÃO;

II - PAGAMENTO DO CUSTO DA DESMOBILIZAÇÃO.

8.2 O CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO, AINDA, POR MÚTUO ACORDO, ATENDIDA A CONVENIÊNCIA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, RECEBENDO A CONTRATADA O VALOR DA CORRESPONDENTE QUANTIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.

8.3 SE A CONTRATADA TRANSFERIR A TERCEIROS, NO TODO OU EM PARTES, O DIREITO DO PRESENTE CONTRATO, SEM PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO CONTRATANTE, BEM COMO SE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES E DISPOSIÇÕES CONTRATADAS.

8.4 POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR, FATO SUPERVENIENTE OU FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS PODERÁ O CONTRATANTE SUSPENDER O CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO UNILATERALMENTE, MEDIANTE PRÉVIO AVISO DE 30 (TRINTA) DIAS À CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO

I. OS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL SERÃO FORMALMENTE MOTIVADOS NOS AUTOS DO PROCESSO, ASSEGURADO O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

II. A RESCISÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL DEVERÁ SER PRECEDIDA DE AUTORIZAÇÃO ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE COMPETENTE.

CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

9.1 O EXTRATO DO PRESENTE CONTRATO SERÁ PUBLICADO NO PERIÓDICO OFICIAL DO MUNICÍPIO, JORNAL LOCAL, PELO **CONTRATANTE**, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666/93 E 110 DA LEI ESTADUAL Nº 15.608/07.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10.1 AS PARTES ELEGEM O FORO DA COMARCA DE APUCARANA PARA DIRIMIR TODA E QUALQUER QUESTÃO PERTINENTE AO PRESENTE NEGÓCIO, RENUNCIANDO A QUAISQUER OUTROS POR MAIS PRIVILEGIADOS QUE SEJAM. E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, AS PARTES ASSINAM O CONTRATO EM 04 (QUATRO) VIAS DE IGUAL TEOR, PARA UM SÓ EFEITO, SEM RASURAS OU EMENDAS, O QUAL DEPOIS DE LIDO E ACHADO CONFORME, PERANTE DUAS TESTEMUNHAS, A TODO O ATO PRESENTES, VAI PELAS PARTES ASSINADO, AS QUAIS SE OBRIGAM A CUMPRÍ-LO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, *****.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E PLANEJAMENTO

DE APUCARANA - IDEPPLAN

ANTONIO CARLOS LOPES MENDES

NOME DA CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

RAYSSA DE ALMEIDA